

2013

Relatório e Contas



BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE



**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

DESDE SEMPRE • PARA SEMPRE

Índice

1.	PRINCIPAIS INDICADORES	3
2.	DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DO NOVO EDIFÍCIO SEDE DO BISTP	5
3.	PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	8
3.1	Estrutura Acionista	9
3.2	Órgãos Sociais	9
3.3	Marcos da atividade	10
3.4	Estratégia e Modelo de Negócio	12
3.5	Presença Geográfica e Canal de Distribuição	14
4.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO	15
4.1	Contexto Internacional	16
4.2	Contexto Nacional	17
5.	PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO	19
5.1	Banca de Retalho: Particulares	20
5.1	Banca Corporativa: Empresas e Instituições	21
6.	RECURSOS HUMANOS	22
6.1.	Distribuição por Vínculo Jurídico	23
6.2.	Distribuição Funcional	23
6.3.	Distribuição segundo género	24
6.4.	Distribuição por escalão etário	24
6.5.	Distribuição por antiguidade	25
6.6.	Distribuição segundo o nível de escolaridade	25
7.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	26
8.	ANÁLISE FINANCEIRA	28
8.1	Componentes do Balanço	29
8.2	Componentes da Demonstração de Resultados	29
9.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	30
10.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	32
10.1	Balanço	33
10.2	Demonstração de Resultados	34
11.	NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
12.	PARECER DO AUDITOR EXTERNO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	58



PRINCIPAIS INDICADORES

Partida dos quinze reis turcos comandados por Muradas, chefe das tropas do Almirante Balão, levando embaixada ao Imperador Carlos Magno, propondo-lhe a troca de Ferrabraz, filho do Almirante, pelos cinco cavaleiros cristãos presos na batalha dos cinco.

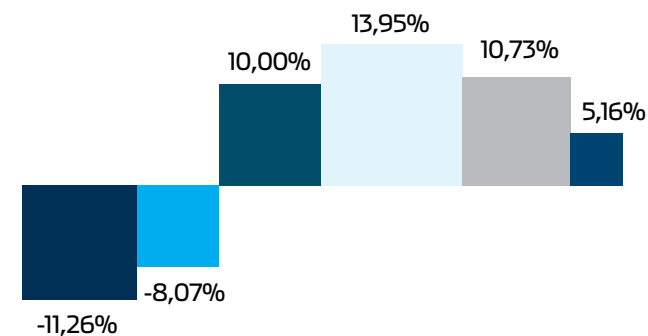
“Auto de Floripes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

Milhares de Dobras		2013	2012	Δ%
Balanco				
	Ativo Líquido	1.815.084.292	1.723.912.768	5,29%
	Crédito Líquido	692.310.779	752.658.478	-8,02%
	Recursos de Clientes	1.471.385.047	1.389.221.128	5,91%
	Situação Líquida	283.745.299	269.830.119	5,16%
Resultados				
	Margem Financeira	120.004.093	100.479.029	19,43%
	Margem Complementar	71.812.880	65.906.119	8,96%
	Produto Bancário	191.816.971	166.385.147	15,28%
	Resultado de Exploração	87.640.865	74.871.627	17,05%
	Resultado antes de Imposto	42.129.487	37.203.565	13,24%
	Resultado Líquido	30.373.443	27.430.440	10,73%
Rácios				
	ROE	9,96%	9,48%	0,48pp
	ROA	1,51%	1,44%	0,07pp
	Margem Financeira/ Ativo	6,45%	5,70%	0,76pp
	Margem Complementar/ Produto Bancário	37,44%	39,61%	-2,17pp
	Rácio de Eficiência (Cost-to-Income)	63,22%	65,07%	-1,85pp
	Capitais Próprios/ Ativo	15,26%	15,30%	-0,04pp
	Rácio de Transformação	49,18%	56,59%	-7,41pp
	Crédito Vencido/ Crédito Total	7,00%	3,91%	3,08pp
	Cobertura do Crédito Vencido	237,21%	346,03%	-108,82pp
Nº de Empregados		147	129	13,95%
Nº de Agências		11	10	10%
(Crédito + Depósitos) / Agência		198.965.180	216.441.354	-8,07%
(Crédito + Depósitos) / Empregado		14.888.551	16.778.400	-11,26%

+ 13,95%
Empregados



+ 10%
Agências



- (Crédito + Depósitos) / Empregado
- (Crédito + Depósitos) / Agência
- Número de Agências
- Número de Empregados
- Resultado Líquido
- Situação Líquida



2.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Chegada do embaixador cristão à corte do Almirante Balão, com mensagem de Carlos Magno.

“Auto de Florípes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

Discurso por Ocasão da Inauguração do Novo Edifício Sede do BISTP

Cumprimos hoje, Senhor Presidente da República, uma etapa singular na história do Banco Internacional. Neste ano de 2013, em que completamos 20 anos da nossa atividade, vamos dentro de momentos, inaugurar o nosso novo edifício sede, contíguo e ligado ao existente, como terão oportunidade de observar, numa concepção arquitectónica que acreditamos irá marcar um novo paradigma da arquitetura santomense e inspirar, outros promotores, públicos e privados, a prosseguir com nesta ruptura epistemológica no âmbito da arquitetura de edifícios públicos.

Mas porque se completaram 20 anos do BISTP no passado dia 3 de Março, permitam-me, Excelências, recordar num relance a história destes 20 anos.

Tal como sucedeu em outros países da atual CPLP, os bancos centrais desempenhavam funções híbridas, de autoridade monetária e de banca comercial. O paradigma mudou no início dos anos 90 do século passado, por se entender que não fazia mais sentido uma mesma entidade desempenhar funções aparentemente contraditórias.

No caso particular de STP, foi em 1992 que o então Banco Nacional de STP se transformou no atual Banco Central, com funções exclusivas de regulação e supervisão, tendo a suas funções comerciais transitado para o BISTP, que iniciou a sua atividade, como referi, a 3 de Março de 1993.

Somos pois o irmão mais novo, quase gêmeo do Banco Central, a cujo Conselho de Administração, aqui presente, endereço os nossos mais fraternos e calorosos cumprimentos.

Foram 20 anos em que a história do BISTP se confundiu com a história do país. Embora hoje atuem num mercado bancário fortemente concorrencial, onde disputamos a clientela com mais 7 bancos comerciais, nossos amigos, com origens em várias latitudes, durante muitos anos estivemos sozinhos, no apoio a todos os atores da economia santomense, captando poupanças das famílias e das empresas e emprestando

esses mesmos depósitos aos mais diversos agentes económicos, públicos e privados, individuais ou empresariais.

Somos e seremos um banco santomense, dos santomenses e para os santomenses.

Nós Somos daqui.

Estamos profundamente comprometidos com o desafio de, ao oferecer os serviços mais modernos e as melhores soluções de poupança aos nossos depositantes e ao canalizar, de forma criteriosa essas poupanças, emprestando a que precisa, contribuirmos desta forma para o desenvolvimento da economia nacional e colocamo-nos ao lado das autoridades para o maior desafio que se coloca à política económica, que é a melhoria de vida das populações e a luta contra a pobreza. Como disse somos daqui. Os nossos 150 colaboradores são daqui.

Excelências,

Na segunda metade da nossa vida enquanto Instituição, isto é, nos últimos 10 anos, já não atuamos num regime de monopólio. Partilhamos, como referi, com mais 7 concorrentes, que respeitamos, este mercado bancário, cuja dimensão e dinamismo são os reflexos da economia nacional. Soubemos quer na primeira metade, sozinhos, assim como na segunda metade, em regime de concorrência, adaptarmo-nos aos desafios do nosso tempo.

Felizmente, dois terços da população bancarizada continua a escolher-nos. E o facto da nossa quota de mercado ser a maior em todos os indicadores, revela que o caminho escolhido pelos nossos acionistas e levado a cabo pelo Conselho de Administração é o correto.

O desafio é pois, estarmos à frente do nosso tempo. É continuarmos a conciliar a modernidade com o conservadorismo, o rigor com a inovação, a discrição com o profissionalismo.

Sem esquecer a nossa natureza.

Pois a nossa natureza, é claramente Institucional. É a natureza Institucional dos nossos 3 acionistas.

E quem são afinal os nossos 3 acionistas? Em primeiro lugar, o Estado Santomense, acionista fundador, que, não obstante os vários governos nestes últimos 20 anos, soube sabiamente preservar a sua posição no BISTP, conferindo ao banco, uma osmose publico-privada, muito importante na nossa reputação e atuação.

Em segundo lugar, e agora por ordem de antiguidade, a Caixa Geral de Depósitos (CGD). Também acionista fundador do BISTP, a CGD é o maior banco de Portugal, o único detido pelo Estado português, com uma presença internacional em mais 20 países e nos 5 continentes. A CGD, percebendo a importância do BISTP na economia de STP, aumentou, ao longo destes 20 anos, a percentagem da sua participação no banco. Por fim, por ordem de entrada no nosso capital social temos o maior banco de Angola. Falamos obviamente do Banco Angolano de Investimentos, mais conhecido por BAI. Fundado em 1997, o BAI, embora com um capital social muito disperso, conta com acionistas de renome como a Sonangol e lidera a gigantesca banca angolana. Para além de estar presente em todas as províncias angolanas, o BAI está ainda presente em países como Portugal, Cabo Verde e África do Sul.

Não podemos pois esquecer a nossa natureza. Institucional. Conservadora, sólida e rigorosa. Mas também inovadora e moderna.

Nós Somos daqui.

Os nossos 3 acionistas estão unidos pela mesma língua, de Camões, de Alda do Espírito Santo e de Pepetela; pelos mesmos valores culturais e pela CPLP. Os nossos acionistas são irmãos. De sangue e de tradição.

Senhor Presidente da República, Excelências,
Chegamos aqui, vinte anos depois, com muitas aspirações e desafios. As nossas 10 agências, os nossos 2 balcões de atendimento especializados, os nossos 4 edifícios onde funcionam serviços centrais, a nossa Mediateca tão ativa na divulgação da arte e cultura santomense não chegam. Os nossos 50 000 clientes e 150 colaboradores não chegam. Queremos mais, para servir melhor.

Este ano, para além do início da utilização deste novo edifício, cujo projeto é da autoria do arquiteto António Polainas, aqui presente a quem muito agradecemos esta ideia inspiradora, iremos abrir mais agências e continuar o processo de renovação das mais antigas, por forma a mantermos uma oferta de qualidade e homogeneidade.

No campo tecnológico serão muitas as novidades para os próximos tempos. Para muitos dos nossos 50 000 clientes não será quase preciso vir ao banco. Não porque não seja honrosa a sua visita, mas porque estaremos nas suas casas e nos seus escritórios de forma ainda mais vinculada que hoje, através das tecnologias de informação.

Mas quando nos visitarem fisicamente, encontrarão um banco moderno, que convida à visita. Um banco com os melhores profissionais nacionais, muitos dos quais fazem banca há mais de 20 anos.

Na região autónoma do príncipe, onde estamos desde 1996, iremos reforçar a nossa presença física com um edifício de enorme impacto para a cidade de Santo António e para a economia regional, por forma a melhor servir os habitantes daquela ilha, cujo progresso nos últimos tempos é notório. A isto juntaremos uma Mediateca naquela ilha.

Excelências,

Foi grande a emoção com que falei do nosso passado brilhante, aqui honrado pela presença de tantos antigos adminis-

tradores, nacionais e estrangeiros, que vieram de países tão distintos como Portugal, Cabo Verde e Nigéria. Ao importante troço da nossa história que escreveram com o seu árduo trabalho e dedicação me vergo, e lhes rendo esta singela, homenagem.

Foi ainda maior a emoção com que perspectivei o futuro, partilhado com os meus colegas do Conselho de Administração do BISTP e sancionado pelos Senhores Accionistas. Um futuro que terá que passar, por se fazer jus ao nome de Banco Internacional. Um futuro onde o BISTP extravasará as ondulantes fronteiras nacionais e ajudará a integração regional do país, tornando-o num entreposto, não de escravos como há 500 anos atrás, mas um entreposto de serviços, sobretudo na sub-região e de preferência em países que sejam novos entrantes na CPLP.

Emoções do passado, emoções do futuro, saudades do futuro.

Quase misteriosamente me esqueço do presente. Mas o presente é aqui, hoje, onde iremos partilhar convosco os encantos deste novo edifício, que ficará ao serviço dos nossos clientes e da população em geral. Quando ascenderem no nosso elevador panorâmico ou quando apreciarem as vistas do nosso lounge na cobertura, perceberão que se trata de um marco histórico.

Para que fosse possível a sua realização agradecemos em primeiro lugar aos Senhores acionistas pela visão de futuro que partilharam com os gestores do banco. Mas não posso deixar também de agradecer, em nome do Conselho de Administração, a todas as autoridades nacionais direta e indiretamente implicadas no processo, em particular a Direção de Obras Públicas e a Câmara de Água Grande, à construtora Soares da Costa, aos nossos decoradores de interiores e consultores de imagem da brilhante empresa 37 DESIGN, aos nossos colaboradores, em especial aos nossos gabinetes de marketing e de

logística, mas também a todos fiscalizadores e consultores. Esperamos com a sua construção podermos ajudar o país a captar mais investimento estrangeiro e mais parcerias. A credibilizar ainda mais a banca e a economia nacionais. Porque nós somos daqui.

Por fim, excelências, obrigado por terem vindo e por acreditarem em nós.

Desde sempre e para sempre.

Muito obrigado.

São Tomé, aos 29 de Maio de 2013

João Cristóvão

Presidente da Comissão Executiva



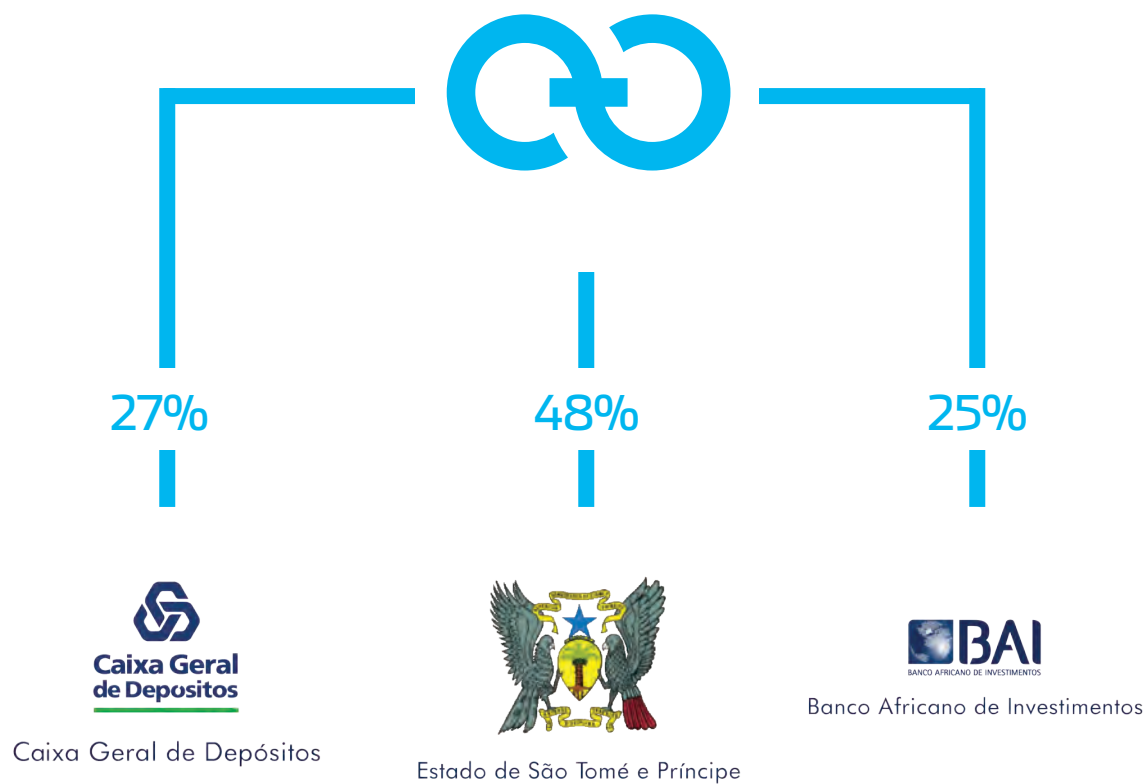
3.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Floripes, a única mulher do auto, figura central da história, filha do Almirante Balão, rei dos mouros, à varanda do castelo do seu pai, acompanhada de uma das suas damas, felicíssima por encontrar Gui de Borgonha, cavaleiro cristão com quem viria a se casar à revelia do pai.

“Auto de Floripes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

3.1. Estrutura Acionista



3.2. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia-geral

José Lourenço Soares
Presidente

Ana Silveira
Secretária

Mário Barber
Secretário

Conselho de Administração

Adelino Castelo David
Presidente

João Carlos Aguiar Cristóvão
Vogal

Acácio Elba Bonfim
Vogal

Lucamba Magalhães
Vogal

Daniel Chambel Serras
Henriques Fernandes
Vogal

Comissão Executiva

João Carlos Aguiar Cristóvão
Presidente

Acácio Elba Bonfim
Administrador Executivo

Lucamba Magalhães
Administrador Executivo

Conselho Fiscal

João Barata da Silva
Presidente

Idalino Rita
Vogal

Victor Cardoso
Vogal

3.3. Marcos da atividade

MARÇO DE 2013

No dia 3 de Março de 2013, o BISTP comemorou o seu 20º aniversário. Esses 20 anos de intensa atividade financeira, de grande comprometimento com o desenvolvimento económico e social de S. Tomé e Príncipe e de grandes conquistas, foram forjados à custa da determinação inabalável em oferecer produtos e serviços com padrão de qualidade internacional. E para celebrar este marco histórico, foi preparado um programa comemorativo envolvendo atividades desportivas e de confraternização com os colaboradores.

ABRIL DE 2013

O Banco Central (BCSTP) assumiu o controlo do Island Bank, banco de capital nigeriano, devido às diversas anomalias detetadas na gestão desta instituição financeira. Foram suspensos todos os órgãos de gestão do referido banco e nomeou-se uma equipa do BCSTP para tomar as medidas necessárias, visando proteger os interesses dos depositantes e evitar a falência do banco. Das várias irregularidades registadas neste banco privado de capital nigeriano, destacam-se a quebra acentuada no nível de gestão de liquidez do banco e a sonegação de informações ao BCSTP, e a estas irregularidades associa-se também a dificuldade de penetração no mercado.

MAIO DE 2013

Foi inaugurado o novo edifício Sede e a nova Agência Sede. A edificação desta nova Sede é parte integrante de uma estratégia de modelo de negócio, adotada pela administração e sancionada pelos acionistas, que tem como objetivo, a renovação da imagem e o reforço da marca, o reforço da posição de líder no mercado, a expansão geográfica e diversificação das áreas de negócio, o estreitamento de laço de proximidade e de confiança com os clientes, a procura incessante pela excelência na oferta de produtos e serviços.

AGOSTO DE 2013

Foi aprovada a nova lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. O novo diploma legal que foi proposto pelo Governo ao parlamento, é fruto de exigências dos parceiros internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e o FMI. Tornou-se fundamental a revisão da lei anterior, que era lacónica em termos de prevenção e combate contra o branqueamento de capitais.

OUTUBRO DE 2013

Na sequência da adoção da lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) decidiu retirar São Tomé e Príncipe da lista negra de países de risco em matéria de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

NOVEMBRO DE 2013

O BISTP inaugura uma agência no Hospital Dr. Ayres de Menezes. Esta nova agência é fruto de um protocolo de cooperação entre o BISTP e o principal centro hospitalar do país, e permitirá suprir as necessidades dos funcionários, pacientes e familiares dos mesmos, assim como de todos os agentes económicos localizados nos arredores deste centro hospitalar.



3.4. Estratégia e Modelo de Negócio

Volvidos 20 anos de intensa atividade e enormes desafios, vencidos com brilhantismo, apesar dos inúmeros obstáculos impostos pela evolução do mercado, como o forte aumento da concorrência e as flutuações económicas nacionais e internacionais pouco favoráveis e imprevisíveis, o BISTP continua fiel ao seus princípios basilares de rigor, transparência, prudência e solidez, mas com uma ambição sempre crescente e renovada de melhor servir os seus clientes e criar valor para os seus acionistas.

O BISTP, continua a pôr a satisfação plena do cliente no coração de toda a sua política estratégica. Esta filosofia de abordagem estratégica, resulta da total convicção que o sucesso alcançado ao longo destes vinte anos advém da confiança que os clientes têm depositado em nós, consequência de valores que fomos construindo e conservando no desenvolvimento das nossas atividades, tais como a solidez financeira, o rigor, o profissionalismo, e também a capacidade de resposta eficiente às necessidades e aspirações dos clientes. Estes valores têm-se tornado fator de criação de satisfação, potenciador de fidelização e atração de novos clientes.

Após ter conseguido concretizar o seu objetivo estratégico de banco de proximidade, implementado mediante um vasto plano de expansão da rede de Agências e ATM em vários pontos estratégicos do país, e da introdução do E-banking; hoje, com 11 agências por todo o país, o BISTP tem a ambição de reforçar o seu estatuto do banco de proximidade, do qual muito se orgulha, mas orientando a sua estratégia para a “Excelência” em torno do três eixos fundamentais (sendo o eixo Comercial, Humano e de Sistema de Informação), com a finalidade de alcançar a eficiência em cada um destes eixos na resposta e no cumprimento do objetivo de satisfação plena do cliente.

O ideal de procura de excelência em cada eixo estratégico pode ser resumido do seguinte modo:

Excelência Comercial

A dinâmica do mercado e a diversidade crescente de necessidades no seio de um mesmo segmento de clientes, orienta o BISTP para uma política comercial mais proactiva e diferenciada, que não se limita a oferta de produtos e serviços financeiros mais tradicionais e homogêneos, mas que dá uma maior importância ao fator de especificidade das necessidades na sua equação de criação de novos produtos e serviços, bem com o aspeto da volatilidade dessas necessidades para cada categoria de cliente dentro de um mesmo segmento. Neste aspeto importa salientar que o BISTP já deu o primeiro passo distinguindo dentro do segmento particular duas categorias de clientes, sendo clientes de renda média e alta “Middle-Upper market”, para os quais foi criada uma agência mais reservada aonde o atendimento é mais personalizado, e clientes de renda baixa que são acolhidos nas várias agências preparadas para atendimento de massa.

No âmbito de processo de ofertas de soluções financeiras eficientes que correspondam às aspirações e necessidades dos clientes, o BISTP tem procurado aperfeiçoar as competências da sua equipa comercial, quer na área de banca de retalho (segmento particular) quer na área de Corporate (Empresas e Instituições), oferecendo-lhes formações e treinos específicos visando a prospeção de novos negócios, produtos e serviços inovadores que têm em consideração as necessidades específicas de cada categoria de cliente. Neste processo, a ação de marketing tem uma importância de grande vulto, na promoção e divulgação das vantagens dos produtos que são oferecidos, razão pela qual tem-se intensificado as campanhas publicitárias dos produtos.

A procura de excelência comercial, visa conferir aos produtos e serviços um carácter mais eficiente na resposta às necessidades dos clientes, sendo que esta eficiência deverá, também, ser facilmente perceptível aos olhos do cliente.

Excelência dos Recursos Humanos

É incontestável que a chave de sucesso do BISTP assenta-se sobre o grande profissionalismo dos 147 mulheres e homens que se identificam perfeitamente com os valores da empresa, constituindo uma equipa de trabalho dinâmica, heterogênea e muito sólida. Dada a importância dos recursos humanos na materialização dos objetivos, e tendo em conta a estratégia e os desafios a que o banco se propõe, o GRH, tem orientado sua política de recrutamento privilegiando jovens, que possuem no mínimo um grau de licenciatura, para reforçar a equipa de profissionais, visando o aumento da dinâmica e versatilidade no seio da instituição.

A formação contínua está no centro das ações do GRH. A necessidade constante de elevar a qualificação e atualizar os conhecimentos dos profissionais é intrínseca à natureza da atividade bancária, dadas as mutações constantes, e por vezes profundas, que sucedem neste sector de atividade. Esta é uma das razões que fazem com que o BISTP não poupe esforços para continuar a alimentar os seus profissionais de conhecimentos cada vez mais específicos e atualizados, com vista a fazer deles os melhores.

Como fatores geradores de motivação para os 147 colaboradores, destacam-se o plano de carreira, a mobilidade interna, e a avaliação de desempenho, que permitem a cada colaborador aspirar a sua realização profissional dentro da instituição, e que funcionam também como canais de envio de mensagens de incentivo aos comportamentos e ações que estão em linha com os objetivos do banco.

Todo o investimento que o BISTP tem feito no seu capital humano, provém da firme convicção que o alcance dos objetivos é indissociável da excelência de preparação, bem como do nível de satisfação dos seus profissionais.

Excelência do Sistema de Informação

A procura constante de excelência do sistema de informação tem passado pela atualização do sistema aplicativo, pelo aumento de segurança no armazenamento dos dados, pela melhoria das condições de acesso às contas e oferta de uma maior autonomia aos clientes na execução de diferentes operações bancárias através das suas contas.

- Segurança do sistema: para garantir a continuidade da atividade em caso de avaria ou anomalia do sistema informático, foi aumentado a capacidade do sistema central (de produção), do sistema de back-up dos dados e de back-up de email Exchange.
- Melhoria do sistema aplicativo: a aquisição da solução “Banca 3G”, sendo uma versão mais avançada do atual sistema aplicativo, proporcionando, na ótica do utilizador, um manuseamento mais simples e intuitivo na execução das operações.
- Do ponto de vista comercial: estará para breve a alteração do aspeto gráfico do website da instituição, tornando o manuseamento mais fácil e interativo. Também em breve dotar-se-á o E-banking com mais opções, dentre as quais a de execução de operações, pondo assim à disposição dos clientes ferramentas cada vez mais modernas conferindo mais autonomia no domínio da banca à distância.

Importa salientar que a responsabilidade social e ambiental é para o BISTP tão importante quanto o cumprimento de cada eixo estratégico. É por esta razão que o BISTP ao longo desses anos tem tido um papel muito ativo, dando apoio finan-

ceiro e material às instituições caritativas, na defesa de inclusão social, às instituições culturais e desportivas, bem como às instituições que promovem a proteção do meio ambiente.

A administração do BISTP, considera que os objetivos fixados para os próximos anos são exequíveis, tendo em conta, a visão clara no que toca o caminho que o banco deverá trilhar nos próximos anos, o conhecimento e as experiências acumuladas relativamente ao comportamento do mercado santomense, bem como os valores de recursos humanos a serem potenciados visando o cumprimento de cada objetivo. Contando, principalmente, com o apoio incondicional da sua sólida estrutura acionista, a administração do BISTP, está fortemente convicta que será possível, no desenvolvimento das atividades do banco, atingir esses objetivos e continuar a criar valor para os seus acionistas.

3.5. Presença Geográfica e Canal de Distribuição

Ao longo desses 20 anos o panorama geográfico do BISTP evoluiu muito com a expansão da sua rede de agências e meios de pagamento automático (ATM e POS) pelo país.

Este vasto plano de expansão executado ao longo desses anos visava cumprir o objetivo estratégico de banco de proximidade. Hoje, o BISTP conta com uma forte e visível presença no mercado nacional. E é com orgulho que o BISTP vê que a materialização da sua estratégia lhe permitiu obter o desejado título de banco de proximidade, sustentado por uma rede de 11 agências, 12 ATM (45% de quota de mercado) e E-banking. Esta estratégia reforçou sobremaneira a posição de líder incontestável do mercado.

O encurtamento da distância entre o banco e o cliente quer físico quer virtual, foi um elemento catalisador na melhoria do relacionamento entre o banco e os seus clientes.

No distrito de Água-Grande, onde encontra-se a capital do país, desenvolve-se o essencial da atividade económica e onde está concentrado cerca de 40% do total da população, o BISTP faz-se presente com 7 agências distribuídas em vários pontos estratégicos da cidade, e erguidas com a seguinte ordem cronológica (Agência Sede 1993, Agência Mercado 1995, Agência Alfandega 2007, Agência Sé 2008, Agência Miramar 2008, Agência Geovane 2009, Agência de Vila Maria 2009).

Na região autónoma do Príncipe, o BISTP está representado por uma agência fundada em 2000. O aumento significativo de número de clientes nessa agência, e o importante crescimento que se tem vindo a verificar nesta região, fazem com que a remodelação destas instalações tornem-se imperiosas visando criar um espaço mais amplo e moderno, capaz de oferecer um acolhimento ainda mais agradável a esses clientes.

Deu-se a continuidade do plano de alargamento da rede de agência em 2012 com a edificação da Agência Santana, a primeira agência do BISTP fora da capital. Em 2013 inaugurou-se a 11ª agência do BISTP, no centro hospitalar, para servir centenas de pessoas que diariamente frequentam este espaço, bem como os agentes económicos localizados nos arredores.

Os efeitos positivos desta expansão reflete no aumento de número de clientes e na elevada quota de depósito (em torno de 70%) e de crédito (em torno de 45%).

Embora a expansão tenha deixado de ser o principal objetivo estratégico, o BISTP ainda tem a ambição de reforçar ainda mais a sua presença geográfica, procurando estar presente em cada distrito do país.



4.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

Tropas do imperador Carlos Magno em frente do castelo dos cristãos, prontos para enfrentar os Mouros.

"Auto de Florípes" – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

4.1. Contexto Internacional

Em 2013, segundo o FMI e o Banco Mundial, a economia mundial entrou numa fase de transição com evolução díspar entre as economias dos países mais desenvolvidos, que começam a dar sinais de retoma de crescimento, ainda que frágeis, e os países emergentes, cujo crescimento económico tem vindo a abrandar cada vez mais. De uma forma global a economia mundial cresceu 2,4%, sendo que este ligeiro crescimento deveu-se a desaceleração das economias emergentes, que tornaram-se durante os últimos anos o principal motor da economia mundial, e ao fraco crescimento das economias avançadas. O Banco Mundial prevê melhorias para 2014, estimulada pela recuperação das economias avançadas e pelo crescimento de 5,3% contra os 4,8% de 2013 das economias emergentes. Deste modo, o Banco Mundial espera um crescimento de 3,2% para o ano 2014.

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA – ZONA EURO

Sinais de retoma são visíveis nos países do centro da zona euro, sendo que estes sinais poderão ser fortalecidos caso as empresas e os consumidores decidam aumentar as suas despesas. Os países da periferia da zona euro, apesar do esforço orçamental e da política draconiana de austeridade implementada, ainda apresentam grandes dificuldades no relançamento das suas respetivas economias, devido à forte queda de consumo interno, que não chega a ser compensado pelo bom nível de progresso que estes países conheceram ao nível das exportações.

As enormes dificuldades sentidas pelos países da periferia no relançamento do crescimento económico, resultantes das políticas de austeridade que deprimiram muito a propensão ao consumo e aumentou o desemprego (em Abril atingiu o seu novo recorde de 12,2% da população ativa, sendo 19,4 milhões de desempregados), contribuíram para que a Zona Euro continue-se ainda sobre uma enorme pressão dos mercados, apesar dos sinais tímidos de retoma de crescimento. No segundo trimestre de 2013, a atividade económica da Zona Euro

registou um ligeiro crescimento de 0,3% relativamente ao 1º trimestre, sustentado pelo aumento do consumo privado e das exportações, reforçando assim a tendência de retoma de crescimento e consequentemente o fim da recessão que os países da Zona Euro enfrentavam nos últimos 6 semestres. A taxa de inflação média anual foi de 1,4%, atingindo deste modo uma taxa menor do que em 2012 (2,5%). Os preços na zona euro foram influenciados pelo aumento dos preços da eletricidade, do tabaco e da restauração, enquanto as telecomunicações, combustíveis, transportes e serviços médicos registaram uma diminuição dos preços.

Salienta-se, que os riscos e as incertezas que ainda pairam sobre a economia da zona euro, devem-se, principalmente, à fragilidade do seu sistema bancário, e em particular na qualidade de ativos que os bancos europeus apresentam. A pressão dos mercados, em particular sobre os países da periferia da zona euro, continuará, caso medidas não sejam tomada para sanear a qualidade dos ativos e recapitalizar os bancos.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

A economia dos Estados Unidos da América, cresceu gradualmente ao longo dos trimestres de 2013, assinalando um PIB anual de 1,9%, todavia menor que o do ano anterior (2,3%). Esse crescimento foi encorajado pelo aumento dos gastos com o consumo, das exportações e dos investimentos fixos dos residentes e não residentes. A taxa de desemprego em Dezembro atingiu os 6,7%, a menor taxa registada desde Outubro de 2008 (6,8%) traduzindo uma melhoria significativa não só na economia do país mas também no quadro socio-económico. A economia dos Estados Unidos encerrou 2013 com uma taxa de inflação média anual de 1,5%.

Importa salientar que a política monetária dos Estados Unidos e as batalhas políticas nesse país em torno do teto da dívida, constituem um dos principais riscos e incertezas que ameaçam a economia mundial. Um final “abrupto” dos estímulos monetários do Banco Central Americano (FED) seria

uma “ameaça” para a economia mundial, já que poderiam levar a um aumento das taxas de juros de longo prazo nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e provocaria também um aumento de volatilidade de capitais financeiros nas economias emergentes.

Assim, as evoluções e as políticas monetárias do FED estarão no centro das atenções dos mercados nos próximos tempos.

ECONOMIAS EMERGENTES

Em 2013 a economia dos países emergentes desacelerou significativamente. Na base dessa desaceleração estiveram a diminuição do crescimento, a instabilidade dos mercados financeiros e cambiais, consequência das políticas monetárias anunciadas pela FED, e os conflitos sociais.

A economia brasileira cresceu 2,3% ficando a menos 0,2% da previsão do FMI (2,5%) que já tinha sido reduzida de 3% para 2,5%. O FMI estimou um crescimento de 2,3% para 2014.

A economia chinesa, a segunda maior do mundo, cresceu 7,7% em 2013. Sendo um resultado muito próximo da expansão registada no ano de 2012 (7,8%), quando o Produto Interno Bruto (PIB) chinês foi o mais baixo desde 1999. Esta evolução do PIB chinês confirma o esfriamento gradual da economia do país a medida que se esgota o modelo de forte crescimento baseado no investimento com foco nas exportações.

Com a queda da procura nos países desenvolvidos, o impacto fez-se sentir nas exportações chinesas. Em Junho de 2013, as exportações e importações caíram pela primeira vez desde que se iniciou o processo de dinamização da economia chinesa. Por sua vez, no primeiro semestre de 2013 reduziram-se os investimentos e a taxa de crescimento do setor manufatureiro. Como em qualquer economia, se as exportações e os investimentos caem, somente resta um motor ao qual recorrer para manter o crescimento: o mercado interno. E esse “motor” é justamente para onde aponta a nova estratégia do presidente chinês Xi Jinping.

O crescimento da Rússia desacelerou 1,3% face aos 3,4% do ano anterior. A economia da Índia cresceu 4,7% no último trimestre de 2013.

Nos próximos tempos a economia emergente estará sobre forte pressão resultante por um lado da baixa de exportação, fruto de um arrefecimento de procura dos países mais avançados, e por outro do aumento de volatilidade do capital financeiro face à expectativa de política monetária do FED.

ÁFRICA

Em 2013, a África subsaariana cresceu 4,7%, motivada pelo fortalecimento do mercado interno e por investimentos estrangeiros, não só em setores tradicionalmente beneficiados, como petróleo, gás e minérios, como em setores não-extrativistas. A previsão é que a região alcance os 5,3% de crescimento em 2014.

De acordo com o Banco Mundial, em muitos países da região, os programas governamentais de investimentos em infraestrutura para aumentar a capacidade de exportação beneficiaram a economia local. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu em 7,3% no ano passado, o que demonstra o aumento da capacidade de produção e a confiança dos empresários. A desaceleração contínua da inflação em alguns países, puxada pela redução no preço dos alimentos, pela mudança nas políticas monetárias e somada ao aumento de 6,2% nas remessas, deve contribuir para o aumento do consumo interno.

O Banco Mundial alerta, no entanto, para os índices de desemprego e pobreza que continuam elevados na região e podem influenciar negativamente no nível de consumo. Outros fatores internos, como aumento da dívida pública, a insegurança provocada por conflitos e choques climáticos também podem ter efeitos negativos para a economia.

No que refere aos PALOP, as economias angolanas e moçambicanas recebem o maior destaque. O PIB de Angola manteve-se na média da região, com aumento de 5,1%, e deve

acelerar para os 8% em 2014, com previsão de 7,3% e 7% nos dois anos seguintes. Em Moçambique, os conflitos de ordem política, iniciados em Outubro, não travaram o crescimento de 7% do PIB, com perspectivas de alcançar os 8,5% neste ano e em 2015.

Três aspetos poderiam constituir fatores de risco para o crescimento da economia africana nos próximos tempos: a desaceleração da economia mundial, que reduz as exportações e os fluxos de ajuda de investimentos direto estrangeiros; a significativa queda dos preços das matérias-primas para exportadores, como é o caso da Angola que ainda encontra-se bastante dependente do petróleo, e por último os riscos internos e o retrocesso de fluxo de capital. Como resposta aos riscos recomenda-se aos países africanos que apostem nas políticas macroeconómicas e financeiras estáveis e que sejam prudentes na acumulação de dívidas. O crescimento da economia africana deverá manter-se robusto, mas lento.

4.2. Contexto Nacional

As contrariedades económicas e financeiras que o mundo vive, e São Tomé e Príncipe em particular, conduziram as autoridades governamentais e monetárias na persecução de uma política orçamental e monetária muito prudencial, privilegiando o equilíbrio macroeconómico, sendo que estas medidas permitiram a desaceleração da inflação e um reforço das reservas cambiais.

A retração do investimento externo levou a que a atividade económica em 2013 fosse moderada. O país teve muitas dificuldades na obtenção de recursos externos para financiar o Orçamento Geral de Estado (OGE). O impacto da crise mundial continua a ter efeitos negativos para a economia são-tomense, tornando o ano de 2013 particularmente difícil, principalmente, na execução de vários projetos de investimento público e privado.

Como reflexo dessa conjuntura, o Produto Interno Bruto cresceu apenas 4%, o mesmo valor registado em 2012, mas abaixo das previsões que apontavam para 4,5%.

Este abrandamento da atividade económica em 2013, reflete também um abrandamento de consumo por parte dos agentes económicos, contribuindo para uma diminuição de pressão sobre os preços. O nível de inflação registado em 2013 foi de 7,1%, sendo o nível mais baixo dos últimos 20 anos. De acordo com o Banco Central, esta contínua descida do nível de inflação deve-se em grande medida a política cambial, baseada na paridade fixa com o euro, e também a política orçamental prudencial, que de forma conjugada têm contribuído para uma maior estabilidade da moeda nacional.

No que toca à política fiscal, salienta-se que a dificuldade de angariação de recursos financeiros externos, levou o governo a intensificar o controlo de cobrança de receitas fiscais, resultando num crescimento das receitas fiscais em 29,31% face ao ano de 2012, sendo que na base deste crescimento esteve o aumento o número de contribuintes e a recuperação de montantes significativos de dívidas ao fisco.

Apesar de se ter registado um saldo orçamental primário

deficitário, salienta-se porém, que a gestão prudencial do orçamento permitiu que o déficit orçamental primário fosse de 2,48% do PIB, sendo um resultado em linha com o programado.

A troca comercial com o exterior continua a ser muito desequilibrada. O volume de importação em 2013 foi de 45,9% do PIB contra 47,8% em 2012. O essencial da importação destina-se a bens de consumo. A exportação permanece pouco expressiva, tendo representado apenas 2,2% do PIB em 2013, contra 2,4% em 2012.

O Rácio de cobertura de importação pela exportação fixou-se em 4,6 contra 4,8 em 2012.

O Stock da Dívida externa aumentou em 7,6%, tendo-se fixado em cerca de 229 milhões de dólares americanos.

Apesar da relativa escassez do financiamento externo, registou-se um substancial reforço das reservas cambiais que alcançaram cerca de 5,5 meses de importações, estando dentro dos 5 a 6 meses de importações recomendados para países de baixo rendimento, exportadores de matérias-primas e com regimes de câmbio fixo. Estes valores foram os mais elevados nos últimos 3 anos. Importa salientar, que a autoridade monetária conta com cerca de 7,2 milhões de dólares em depósitos da Conta Nacional do Petróleo (CNP) e 25 milhões de euros da linha de crédito de emergência de Portugal, para sustentar esta política cambial em caso de necessidade.

O anúncio da saída da empresa francesa TOTAL do bloco 1 da zona conjunta São Tomé e Príncipe e Nigéria alegando não haver petróleo em quantidade comerciável e que essa pequena quantidade está numa zona de alta profundidade, implicando um custo de exploração elevado, representou um duro golpe nas aspirações económicas e financeiras do país que tinha projetado para 2015 o início da fase de exploração de petróleo. Com esta saída inesperada da TOTAL, as autoridades terão de continuar a depender de donativos e de financiamentos em condições altamente concessionais por vários anos.

Diante da incerteza crescente em torno do cronograma e volu-

me da produção de petróleo, o FMI aponta para a necessidade de aplicar-se uma política orçamental gradualmente mais restritiva e reduzir a dimensão do sistema bancário (redução de número de bancos), de modo a aumentar a eficiência, a rentabilidade e a resiliência do sistema, bem como promover de forma ainda mais ativa o desenvolvimento de sectores prioritários não petrolíferos, nomeadamente o turismo, a agricultura e as pescas.

No que toca ao sector bancário, importa salientar, que no atual contexto da economia de S. Tomé e Príncipe, e diante das notícias pouco animadoras referentes à exploração do petróleo, os bancos comerciais terão de adaptar-se à nova realidade, e os que entraram no mercado atraídos, sobretudo, pelas perspetivas petrolíferas terão de alterar a sua estratégia de negócio e reforçar os seus balanços, inclusive recorrendo a recapitalizações adicionais.

Em 2013 o ativo dos bancos representava cerca de 69,30 % do PIB, sendo um peso inferior ao registado em 2012 que foi de 76,9%. O depósito total conheceu um aumento de 13%, e o seu peso sobre o PIB passou para 37,02%, contra 36,74% registado no ano transato.

A carteira de crédito que representava 43,89% do total dos ativos em 2012, passou a representar 37,07%, evidenciando uma política menos expansionista dos bancos, fortemente justificada pelo aumento do crédito em incumprimento que atingiu cerca de 23% do total da carteira de crédito concedido, contra 20% em 2012.

O rácio de transformação situou-se em 73% contra 92% em 2012. Os fundos próprios dos bancos conheceram uma degradação na ordem de 25%, evidenciando uma acumulação de resultado negativo dos bancos neste ano. Mas, o rácio de liquidez com uma percentual de 51% e a o rácio de solvabilidade com 20,6%, permaneceram acima do valor regulamentar que é respetivamente de 20% e 12%.

O resultado líquido do sector foi negativo em STD -81.115 mio. Esses indicadores refletem um ano de 2013 muito marcado

por uma redução do crédito à economia, consequência de uma política mais restritiva dos bancos, resultante da conjuntura económica pouco favorável, e a acentuação de riscos de crédito com o aumento de crédito mal parado, e uma tendência de rápido declínio dos rácios de fundos próprios/ativos ponderados pelo risco de crédito.

As instituições mais pequenas, com fraco nível de penetração no mercado têm ressentido mais os efeitos negativos da atual conjuntura, facto que obrigou o Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP), após a inspeção in site realizada pela supervisão bancária em todos bancos comerciais do mercado, assumir o controlo do Island Bank (banco privado de capital nigeriano). As razões da intervenção do Banco Central nesta instituição prendem-se com o elevado nível de crédito mal parado, foram também registadas várias irregularidades, entre elas a quebra acentuada no nível de gestão de liquidez no banco e a sonegação de informações ao BCSTP. Medidas foram tomadas para inverter o quadro negativo e também para garantir a estabilidade do sistema financeiro e salvaguardar os depósitos do público na instituição bancária.

Foi neste contexto, marcado de grandes incertezas, e muitas adversidades que o BISTP desenvolveu a sua atividade de intermediação financeira, procurando sempre ajustar as suas políticas e ações às conjunturas do mercado. Uma maior gestão prudencial dos ativos e passivos efetuadas pelo BISTP neste exercício económico, influenciou negativamente o crédito que caiu na ordem de -4,51%, ao passo que os depósitos de clientes conheceram um crescimento moderado de 5,91%. As reservas mantidas no Banco Central tiveram um forte crescimento de 27,99% e contribuíram para que o ativo total do banco cresce-se em 5,30%.

O resultado líquido também teve uma evolução positiva, tendo crescido em 10% face ao ano de 2012, contrariando a tendência do sector.



5.

PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO

Imperador Carlos Magno, rei dos cristãos, enviando a primeira embaixada ao Almirante Balão, rei dos mouros, propondo-lhe que devolva as santas relíquias (o ponto da discórdia) ao seu poder e impondo-lhe que se converta ao cristianismo.

“Auto de Floripes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

5.1. Banca de Retalho: Particulares

O segmento de retalho tem constituído um nicho de mercado fundamental para o BISTP ao longo desses anos, detendo em 2013 um peso de 59% do total de depósito de clientes e 54% do total de crédito concedido.

A incansável busca de eficiência na satisfação das exigências deste segmento tem concorrido para uma maior fidelização dos clientes atuais e atração de novos, e consequentemente a consolidação da liderança do BISTP neste segmento.

DEPÓSITOS

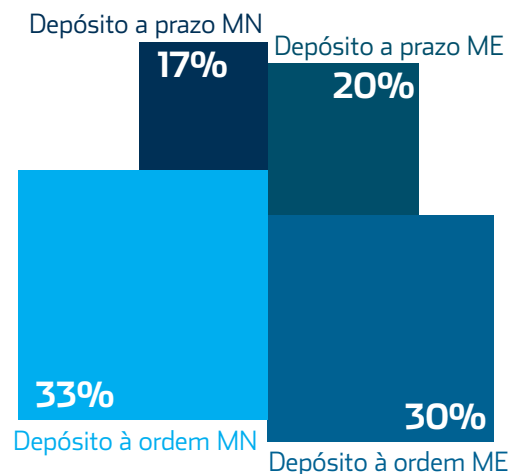
No ano de 2013, registou-se um nível de atividade económica muito brando, a concorrência manteve-se muito forte na captação de liquidez com ofertas de taxas remuneratórias aliantes. Não obstante a política agressiva da concorrência em termos de taxa de captação de depósitos, e apesar do BISTP ter revisto em baixa as suas taxas passivas, tendo em conta a fraca atividade económica, o depósito de clientes para este segmento conheceu um crescimento moderado de 6%, sendo que este crescimento foi sustentado pelo forte crescimento dos depósitos à ordem, ao passo que o depósito a prazo registou pelo contrário uma queda de -16%, explicando-se em parte pela saída de algum depósito para a concorrência.

Em 2013, o peso de depósito a prazo neste segmento passou para 37% contra 47% em 2012, enquanto o depósito à ordem representava 63% contra 53% em 2012.

No que toca à composição da carteira por moeda, salienta-se a existência de um equilíbrio entre moeda nacional e moeda estrangeira, com um peso de 50% cada uma.

O BISTP procura oferecer uma gama de produtos e serviços bancários mais diversificados, cuja finalidade é dar uma resposta mais profissional possível às necessidades específicas dos diferentes agregados deste segmento. Assim, na perspectiva de melhorar o acompanhamento do cliente e responder eficazmente às suas necessidades, procedeu-se a desagregação deste segmento em duas categorias, sendo clientes de

Renda Média e Alta, e clientes de Renda Baixa. Os clientes que se encontram na categoria de renda baixa são recebidos nas diversas agências espalhadas pelo país que estão preparadas para o atendimento em massa. Para os clientes de Renda Média Alta foi criada uma agência específica, vocacionada para um atendimento mais personalizado e oferta de produtos e serviços mais específicos para uma gama de clientes muito exigente. Com a criação desta agência o BISTP materializa a sua vontade de se posicionar, também, como um banco de elites.



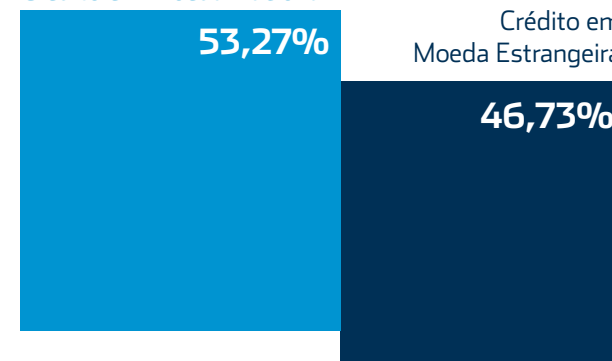
CRÉDITO

A adoção de uma política creditícia pouco expansionista, mais prudencial, e mais adequada a evolução da conjuntura económica, esteve na base da redução do crédito neste segmento em -4,38%.

Relativamente à evolução de crédito por moeda, verificou-se uma evolução díspar entre crédito em moeda nacional e em moeda estrangeira. O crédito em moeda nacional, conheceu um crescimento moderado na ordem de 2,06%, elevando o peso de crédito em MN para 46,73% do total de crédito deste segmento, contra 42,33% em 2012. O crédito em moeda estrangeira teve uma queda na ordem de -14,59% face ao ano de 2012, mas ainda tem um peso de 53,97% do total de crédito neste segmento.

Respeitante à composição da carteira por moeda, o grande desafio atualmente, reside no aumento do peso de crédito em moeda nacional, visando um melhor equilíbrio com composição dos depósitos de clientes (origem dos recursos).

Crédito em Moeda Nacional



5.2. Banca Corporativa: Empresas e Instituições

Este será sempre um segmento de grande importância para o BISTP, apesar do lento desenvolvimento e pouca dinamização do tecido empresarial. A fraca dinamização das empresas deve-se muito ao nível cada vez mais baixo de investimento público e privado.

O BISTP tem-se posicionado cada vez mais e melhor neste segmento, reforçando o seu estatuto de principal parceiro das empresas no desenvolvimento das suas atividades no mercado santomense. Para o BISTP, o reforço de posição neste segmento é de uma importância capital face às boas perspectivas de crescimento futuro que se vislumbram para as empresas implantadas no mercado nacional, caso o país se torne um produtor de petróleo e caso consiga implementar o projeto que pretende fazer de S. Tomé e Príncipe uma plataforma de prestação de serviço ao nível do Golfo da Guiné.

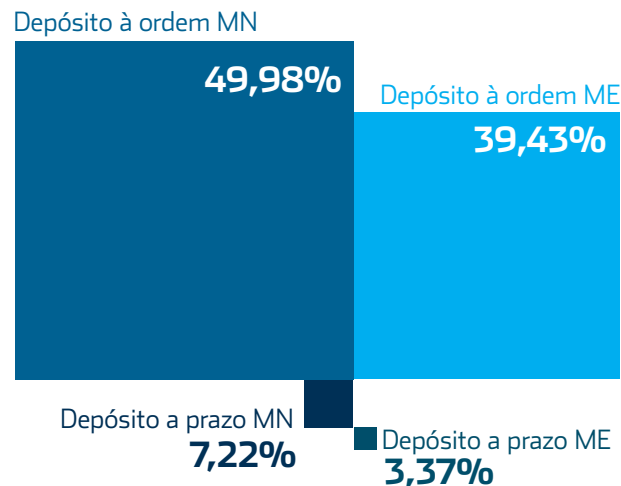
DEPÓSITOS

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2013 um crescimento moderado na ordem de 6,53%, sustentado pelo crescimento em 19% do depósito à ordem, ao passo que o depósito a prazo registou uma queda de -44%, sendo que esta queda deve-se em parte a revisão em baixa das taxas passivas.

O peso de depósito a prazo neste segmento passou de 20% em 2012 para 11% em 2013, e o depósito à ordem passou de 80% para 89% em 2013.

No que se refere a composição do depósito por moeda, nota-se que o depósito em moeda nacional representa 57% do total dos depósitos contra 51% em 2012.

Importa frisar, que embora o BISTP tenha reduzido a sua taxa de remuneração dos passivos, ainda assim, o volume dos depósitos registou um aumento.



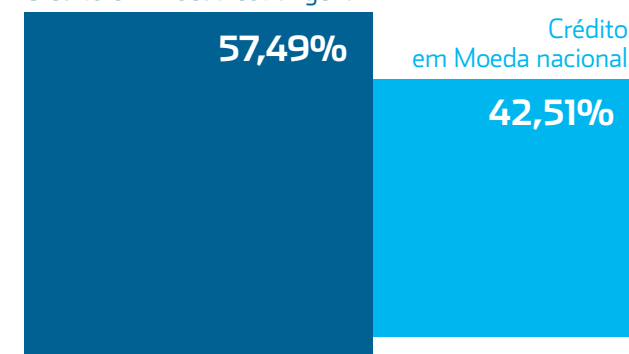
CRÉDITO

A carteira de crédito deste segmento teve uma queda muito marginal, na ordem de -0,43%. Apesar da fraca atividade económica, e da adoção de uma política creditícia pouco expansionista em geral, o BISTP tem dado uma atenção particular a este segmento, oferecendo soluções de financiamento, mais adequadas ao contexto e à situação de cada empresa, suscetível de permitir que estas últimas, mesmo numa conjuntura marcada por muitas adversidades, desenvolvam suas atividades e dinamizem a economia.

Em 2013, o crédito em moeda nacional cresceu em 66,92% face ao ano de 2012, ao passo que o crédito em moeda estrangeira caiu em -23,31%. Dado o forte crescimento do crédito em moeda nacional, o seu peso sobre o total de crédito deste segmento passou para 57,44% contra 25,36% em 2012.

Esta clara preferência pela concessão de crédito em moeda nacional resulta da vontade do BISTP em estabelecer um maior equilíbrio entre a composição de origem dos recursos e a aplicação dos mesmos, mas também, visa a fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional.

Crédito em Moeda estrangeira





6.

RECURSOS HUMANOS

Cavaleiros cristãos guardando o castelo do
imperador Carlos Magno.

“Auto de Floripes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

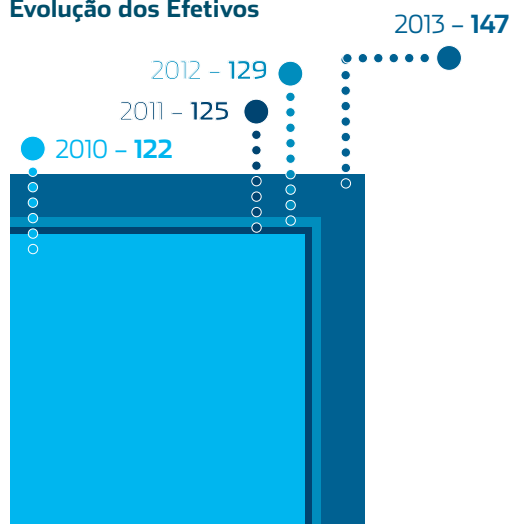
O ano 2013 Ficou marcado pelo reforço e ajustamento das políticas de gestão integrada dos recursos humanos, mantendo como linhas estratégicas o apoio direto às áreas de negócio, reconhecimento do mérito e do potencial, melhorias das condições profissionais e pessoais dos colaboradores.

Importa sublinhar a notável contribuição de reajustamento da política de recrutamento e de formação. Ao nível de recrutamento o foco de preocupação foi essencialmente para o reforço de competências e rejuvenescimento do efetivo; articulado com a política de formação que teve como orientação o reforço do processo de capacitação e mudanças de paradigmas tanto de ponto de vista de procedimentos e de negócio

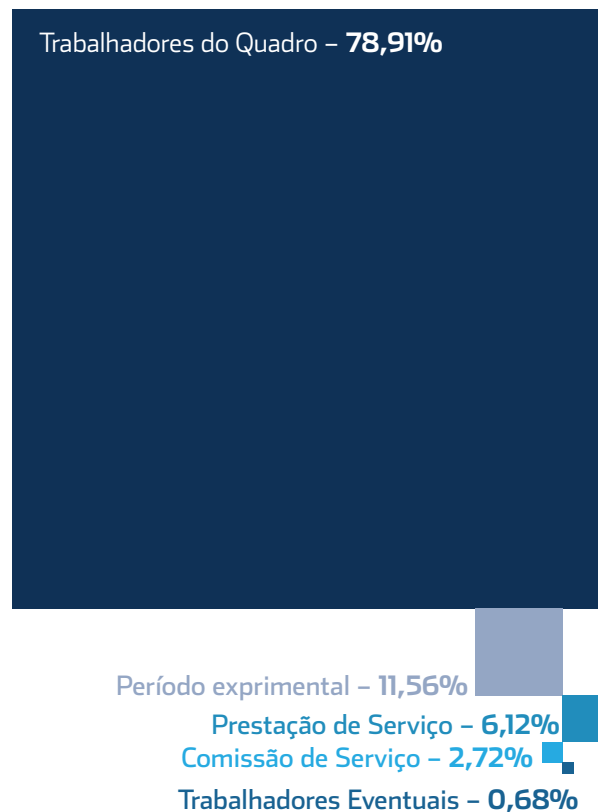
6.1. Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2013, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 147 colaboradores, dos quais 4 em comissão de serviço, 17 em regime de contrato a termo, 10 em regime de prestação de serviço e 116 com vínculo dos efetivos.

Evolução dos Efetivos



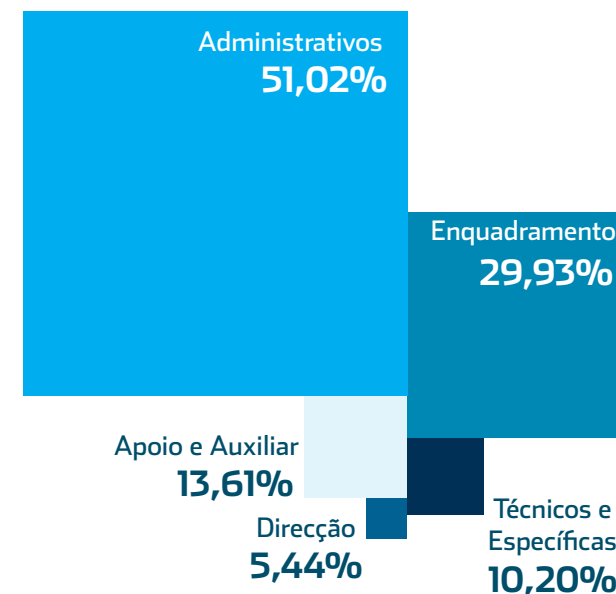
Vínculo Jurídico dos trabalhadores



6.2. Distribuição Funcional

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (71), e representavam 48,30% do total dos efetivos. As admissões dos jovens licenciados como estratégia adotada no processo de recrutamento, permitiram o reforço de quadro dos técnicos que conjuntamente com os empregados com funções de enquadramento, representavam cerca de 31,97% dos efetivos. O grupo profissional menos representado continuava a ser o da direção, com 8 elementos, representando cerca de 5,44% do total do efetivos.

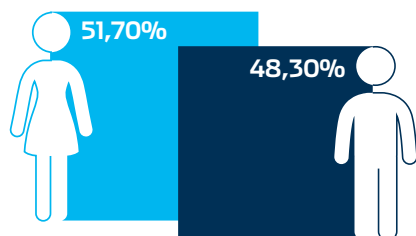
Efetivos por Grupo Funcional



6.3. Distribuição segundo género

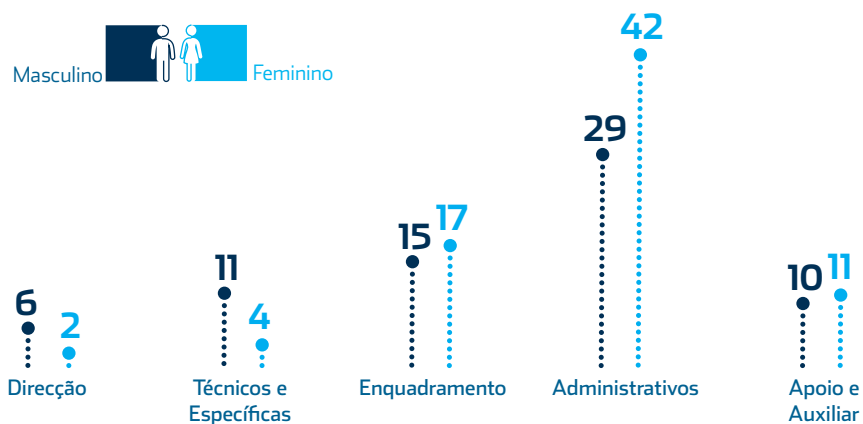
Na distribuição por género, mantém-se a tendência para o aumento de número das mulheres (76 empregados do sexo feminino e 71 masculino). Desta distribuição compreende-se facilmente que se regista um ligeiro aumento da taxa de feminização (51.70%).

Distribuição por Género



Como se pode verificar no gráfico em baixo, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.

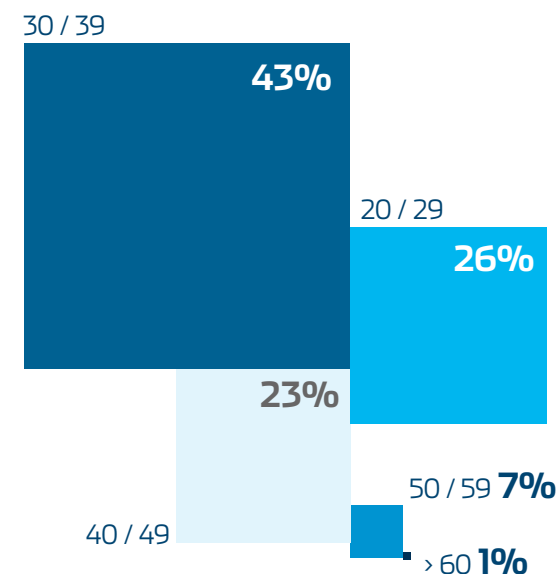
Grupo Funcional por Género



6.4. Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo, em 2013 representavam 43% dos efetivos do BISTP.

Efectivos por escalão etário



6.5. Distribuição por antiguidade

No BISTP, a antiguidade de 74,15% dos colaboradores, situa-se “até 5 anos”.

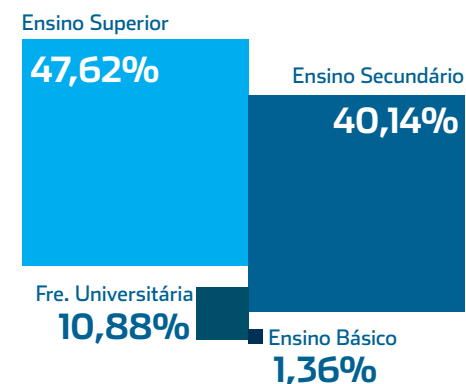
Distribuição por antiguidade



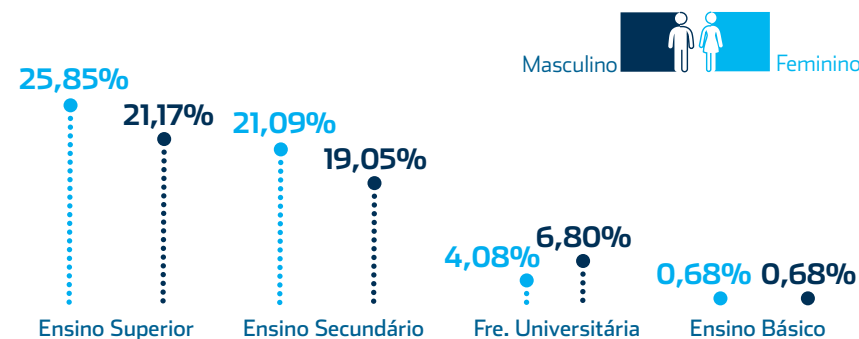
6.6. Distribuição segundo o nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2013 o número de empregados com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 47,62% do efetivo total do Banco.

Distribuição por Habilitações Literárias



Distribuição por Habilitações Literárias e Género



7.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os quinze reis turcos em sentido para a batalha.

“Auto de Floripês” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe



A política de apoios e patrocínios do Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, em 2013 continuou a dar prioridade a projetos associados com temas como a solidariedade social, educação, desporto e cultura.

SOLIDARIEDADE SOCIAL

A Solidariedade Social é um dos grandes pilares de atuação do BISTP sendo que os apoios concedidos abrangem sobretudo organizações não-governamentais que têm por objetivo principal a reinserção social de crianças e jovens em situação de risco, o combate à exclusão social dos mesmos e o combate à pobreza. Nesse sentido, o BISTP deu continuidade à sua parceria com as Fundações de Lares e Familiares para Crianças e Jovens – Novo Futuro e à Fundação da Criança e da Juventude, com um donativo financeiro mensal. Estas parcerias têm como objetivo o desenvolvimento de ações de acompanhamento de menores e jovens carenciados e em situação de risco, compra de materiais escolares, bem como o desenvolvimento de ações de carácter lúdico, pedagógico, cultural e cívico.

Ainda no ano de 2013, no campo da Solidariedade Social, o BISTP concedeu um apoio financeiro à Fundação Ajudar sem Abrigo, que teve como objetivo tornar mais educativas as férias escolares das crianças carenciadas.

EDUCAÇÃO

Ciente de que a educação é um dos pilares fundamentais para uma sociedade organizada, o BISTP apoiou financeiramente algumas ações ligadas a esta área. Entre elas, a realização da 2ª Edição das Olimpíadas Nacionais de Matemática no Instituto Superior Politécnico (ISP), que têm como objetivo a promoção do ensino da matemática como sendo um instrumento que contribui para a melhoria da qualidade de ensino. O BISTP concedeu uma vez mais, uma Bolsa de Mérito ao Melhor Aluno Finalista do Instituto Diocesano de Formação, visando, com esta ação, motivar a dedicação e empenho dos alunos nos estudos académicos.

O BISTP apoiou também a Fundação Formação e Desenvolvimento, dando o seu contributo para a educação dos surdos de S. Tomé e Príncipe, revelando assim o seu interesse na educação dessa franja da população santomense.

DESPORTO

No âmbito do desporto, destaca-se mais uma vez o patrocínio à principal prova de ciclismo a nível nacional “A Volta do Cacau”, um dos maiores eventos desportivos de carácter internacional em São Tomé e Príncipe.

O BISTP apoiou Os Gacos Angola na realização de um torneio de futebol alusivo ao dia 3 de Fevereiro. Patrocinou ainda a Comissão Organizadora do II Batizado e Troca de Corda de Capoeira em STP; a Federação Santomense de Taekwondo, com o objetivo de representar STP no Open de Espanha; a Federação Santomense de Karaté na deslocação ao Campeonato de Karaté na África Central e a Federação Santomense de Xadrez.

CULTURA

Na vertente cultural, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe deu continuidade à promoção e edição de livros de autores santomenses, acolhendo o lançamento dos mesmos na sua Mediateca. Entre as obras financiadas e apresentadas na mediateca, destacam-se “Arquitetura de São Tomé e Príncipe” da Arquitecta Joana Malheiro, o romance “No dia de São Lourenço – O Encanto de Auto de Floripes” da Dra. Goretti Pina, “O percurso da Ilha do Príncipe” do Eng. Silvestre de Barros Umbelina e o livro “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Empreendedorismo com fator de desenvolvimento e transformação social”.

Ainda, no âmbito do apoio à cultura, destaca-se o apoio do BISTP na reabilitação do Espaço Teia D’ Arte, dedicado à promoção da cultura santomense, e também o patrocínio da 7ª Bienal Internacional de São Tomé Príncipe.

Outros apoios importantes atribuídos em 2013

- Patrocínio da cerimónia de entrega de prémios aos alunos finalistas da Universidade Lusíadas;
- Apoio à ONG Galo Canta, para a realização da Conferência do TEDx - com o objetivo de promover a partilha de ideias e a discussão profunda sobre temas das mais diversas áreas, desde a tecnologia, entretenimento, ciência, negócios e desenvolvimento;
- Apoio financeiro para a realização das atividades relacionadas com o Mês da Cultura na Ilha do Príncipe, que tem como objetivo o encontro de Culturas.

8.

ANÁLISE FINANCEIRA

Guarim, o mais baixo da história,
assistente e conselheiro de Oliveiros o
nobre conde da corte cristã.

“Auto de Floripes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe



8.1. Componentes do Balanço

À imagem de 2012, o ano de 2013, também foi marcado por um nível de atividade económica reduzida, evidenciando os efeitos negativos da crise financeira. Neste contexto particularmente difícil para as famílias, pequenos negócios e empresas, marcado por falta de liquidez, impôs às instituições financeiras, e ao BISTP em particular, um reforço de prudência no desenvolvimento das suas atividades, visando a minimização do risco de crédito, normalmente crescente em período de crise. Nestes termos, o BISTP tem adotado uma política de concessão de crédito orientada para operações de curto prazo e de menor risco, para o reforço do processo de acompanhamento e intensificação dos esforços na recuperação de crédito.

O aumento de nível de prudência também foi extensivo à gestão da taxa de remuneração do depósito a prazo, tendo daí resultado a decisão de revisão em baixa dessas taxas passivas. Foi neste contexto muito incerto e ainda fortemente marcado pelas consequências da crise financeira recente que o BISTP desenvolveu a sua atividade de intermediação financeira, dentro dos limites prudenciais que exige esta atividade, e em particular num cenário de fraco crescimento económico e forte nível de concorrência.

Assim, em 2013, apesar da conjuntura pouco favorável, o total do ativo do BISTP conheceu um crescimento de 5,3% face ao ano de 2012, sustentado pelo forte crescimento registado nas reservas junto ao Banco Central.

O volume de crédito a clientes registou uma contração de -4,51%, o que em termos absolutos representa uma queda de -40.995 mio, quando comparado com o ano de 2012. A evolução negativa desta rubrica reflete a política creditícia adotada pelo BISTP, mais ajustada à conjuntura, e que orienta-se para uma concessão pouco expansionista, mais criteriosa, privilegiando operações de prazos não superiores a 5 anos.

Relativamente à qualidade da carteira, e apesar do esforço imprimido ao nível de recuperação, registou-se um aumento da deterioração da carteira, com o crédito vencido a crescer em 70,96%, refletindo o crescente grau de dificuldade económica

e financeira das empresas e famílias, e que tem condicionado o cumprimento das obrigações que estes têm com o banco. O peso do crédito vencido sobre o total da carteira de crédito passou para 7% contra 3,91% em 2012.

O incremento de 52,21% verificado na rubrica “Aplicações em Inst. de Crédito” explica-se, essencialmente, pela passagem (após vencimento) dos valores que estavam aplicados em títulos de investimento para aplicação em depósito a prazo. Esta mudança de natureza de aplicação, deve-se ao crescente aumento do volume de transferências internacionais, que obriga a dispor cada vez mais de disponibilidades a mais curto prazo. Este é o motivo pelo qual tem-se privilegiado as aplicações de mais curto prazo e facilmente mobilizáveis em detrimento de aplicações em títulos investimento e obrigações que são de maior prazo. Assim, assistimos a uma forte queda da carteira de títulos em -36,08%.

As reservas no Banco Central conheceram um crescimento na ordem de 27,99%, face ao ano de 2012. Esta evolução das reservas explica-se pelo crescimento de depósitos de clientes verificado ao longo dos anos, por uma política creditícia contracionista, e também pelas limitações de acesso à cobertura cambial imposta pelo BCSTP. Importa salientar que o excedente das reservas no BCSTP tem atingido valores históricos.

Apesar do fraco investimento e crescimento económico, da contínua intensificação da concorrência interbancária na área de captação de recursos, e da revisão em baixa das nossas taxas de remuneração dos passivos, o depósito de clientes manteve a sua sólida tendência de crescimento, com uma evolução positiva na ordem de 5,59% face ao ano de 2012. Essa performance na captação de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas, explica-se pela imagem de solidez, rigor e confiança que o banco consegue passar aos seus clientes. Esta evolução é também o resultado de maior proximidade que o banco estabeleceu com o cliente, através das suas redes de agências, que têm funcionado como um fator fundamental de fidelização.

O contínuo crescimento da carteira de depósito contrastado

com a queda da carteira de crédito traduziu na redução do rácio de transformação, que passou para 49,18% em 2013 contra 56,59% em 2012.

8.2. Componentes da Demonstração de Resultados

Para além do encaixe conseguido com a recuperação de alguns créditos em contencioso, o aumento da Margem Financeira em 19,43% é justificado em grande parte por uma gestão mais prudencial das taxas passivas a partir de Janeiro de 2013, que resultou na redução dessas taxas.

Margem complementar conheceu uma melhoria moderada de 8,89%, consequência de um da melhoria do preçário e de um certo aumento de volume de atividade.

Produto global de atividade, registou um crescimento na ordem de 15,28%, impulsionado pela boa evolução da margem financeira e margem complementar.

O Custo Operativo registou um crescimento de 13,84%, devendo-se por um lado ao aumento de despesas com pessoal em 17,19%, que justifica-se com o incremento de novos colaboradores para dar resposta à fase de expansão de agências para diferentes pontos do país e para o reforço de algumas áreas do banco, e por outro ao aumento da rubrica “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” em 10,69% que estão associados, em parte, aos custos referentes às despesas de edificação e inauguração da Agência do Hospital.

Apesar do resultado bruto de exploração ter conhecido um forte crescimento, o aumento de provisão, fruto da degradação da carteira de crédito e da aplicação da NAP 07/2010, não permitiu o alcance de um resultado mais expressivo. Contudo a resultado líquido melhorou em 10% face ao ano de 2012, permitindo desta feita a melhoria do rácio de rentabilidade.

9.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Rei Galafre governador da ponte Mantible, o único acesso na fronteira entre as cortes antagónicas (Cristãos x Mouros). O homem que alerta os mouros para as situações de perigo, tocando a sua forte trompeta.

"Auto de Florípes" – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe



O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STD 30.373.443.386,35 (Trinta mil, trezentos e setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e seis dobras e trinta e cinco centavos), referente ao exercício de 2013, tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais	10%	3.037.344.338,64
Reservas Livres	30%	9.112.033.015,91
Acionistas	60%	18.224.066.031,81
Resultado Líquido	100%	30.373.443.386,35

10.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Soldados do Almirante Balão prontos para o ataque ao embaixador cristão, após mandado de prisão por parte do Almirante.

"Auto de Floripes" – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe



10.1. Balanço

	2013	2012	Δ%
Ativo Remunerado	1.578.852.005.217,02	1.505.755.912.443,26	4,85%
Depósitos à Ordem no Banco Central	461.164.954.895,99	360.302.382.142,19	27,99%
Aplicações em Inst. de Crédito	169.785.223.043,03	111.546.267.534,00	52,21%
No País			
No Estrangeiro	169.785.223.043,03	111.546.267.534,00	
Créditos sobre Clientes	868.683.895.156,00	909.972.709.612,07	-4,54%
Normal (Interno e ao Exterior)	804.572.258.120,00	869.355.890.526,28	-7,45%
Crédito e Juros vencidos	60.555.859.016,00	35.421.092.971,35	70,96%
Juros a receber de crédito concedido	4.958.644.020,00	6.197.491.624,44	-19,99%
Receitas diferidas	1.402.866.000,00	1.001.765.510,00	40,04%
Aplicações em Títulos	79.217.932.122,00	123.934.553.155,00	-36,08%
Dívida Pública			
Outros emissores	79.217.932.122,00	123.934.553.155,00	-36,08%
Ativo Remunerado Bruto	1.578.852.005.217,02	1.505.755.912.443,26	4,85%
Provisões	176.373.116.594,27	157.314.231.681,31	12,12%
Ativo Remunerado Líquido	1.402.478.888.622,75	1.348.441.680.761,95	4,01%
Ativo Não Remunerado			
Imobilizado Corp. e Incorpóreo	253.447.317.023,33	183.781.678.232,85	37,91%
Amortiz. Acumuladas	74.422.582.000,00	57.372.666.277,00	29,72%
Disponibilidades	213.737.056.253,92	225.608.952.901,94	-5,26%
Contas Regularização	1.859.746.000,00	1.641.684.950,51	13,28%
Outros Ativos	17.983.866.100,00	21.811.437.429,75	-17,55%
Ativo Líquido	1.815.084.292.000,00	1.723.912.768.000,00	5,29%

	2013	2012	Δ%
Recursos			
Recursos Alheios Remunerados	1.479.035.908.170,21	1.401.717.209.350,56	5,52%
Débitos para com Inst. Crédito		0,00	
Depósitos		0,00	
Depósitos de Clientes	1.471.385.046.547,67	1.389.221.128.204,69	5,91%
DO	1.080.979.061.549,04	880.523.576.910,71	22,77%
DP	390.405.984.998,63	508.697.551.293,98	-23,25%
Credores e Outros Recursos	7.650.861.622,54	12.496.081.145,87	-38,77%
Recursos não Remunerados	52.303.085.159,97	52.365.439.292,10	-0,12%
Outras Exigibilidades	2.029.756.423,71	2.110.776.185,25	-3,84%
Passivos subordinados		0,00	
Provisões	23.414.794.894,66	23.414.794.194,54	0,00%
Contas de Regularização	26.858.533.841,60	26.839.868.912,31	0,07%
PASSIVO	1.531.338.993.330,18	1.454.082.648.642,66	5,31%
Capital	150.000.000.000,00	150.000.000.000,00	0,00%
Reservas + Resultado transitado	103.371.855.283,47	92.399.679.234,23	11,87%
Resultado do Exercício	30.373.443.386,35	27.430.440.123,11	10,73%
CAPITAIS PRÓPRIOS	283.745.298.669,82	269.830.119.357,34	5,16%
Passivo e Capitais Próprios	1.815.084.292.000,00	1.723.912.768.000,00	5,29%

10.2. Demonstração de Resultados

	2013	2012	Δ%
Juros e Proveitos Equiparados	148.229.581.056,45	134.622.715.135,20	10,11%
De Disponibilidades			
De Aplicações em Instit. de Crédito	2.327.632.542,18	1.939.755.969,61	20,00%
De Crédito Interno e ao Exterior	135.831.854.483,07	124.240.566.834,25	9,33%
De Títulos Negociação e Investimento	3.031.704.311,00	4.711.081.052,66	-35,65%
De Crédito e Juros Vencidos			
De Juros de Swap			
Outros Juros e Proveitos Equiparados	7.038.389.720,20	3.731.311.278,68	88,63%
Juros e Custos Equiparados	28.225.489.475,89	34.143.687.197,33	-17,33%
De Recursos de Instit. de Crédito			
De Depósitos	28.225.435.220,57	34.143.572.122,19	-17,33%
De Obrigações			
De outros recursos			
Fundo de Garantia dos Depósitos			
De Juros de Swap			
Outros Juros e Custos Equiparados	54.255,32	115.075,14	-52,85%
Margem financeira	120.004.091.580,56	100.479.027.937,87	19,43%

	2013	2012	Δ%
Outros proveitos	784.976.758.502,25	790.096.363.519,01	-0,65%
Rendimento de Títulos			
Comissões Recebidas	61.297.842.702,49	56.031.361.097,92	9,40%
Lucros em Operações Financeiras	710.955.829.477,40	725.969.266.967,70	-2,07%
Outros Proveitos de Exploração	12.723.086.322,36	8.095.735.453,39	57,16%
Outros custos	713.163.878.941,15	724.190.244.039,39	-1,52%
Comissões Pagas	3.778.521.733,40	2.762.917.139,10	36,76%
Prejuízos em Operações Financeiras	702.337.102.228,89	717.189.585.070,55	-2,07%
Outros	7.048.254.978,86	4.237.741.829,74	66,32%
Margem complementar	71.812.879.561,10	65.906.119.479,62	8,96%
Produto bancário	191.816.971.141,66	166.385.147.417,49	15,28%
Custos operativos	104.176.106.284,73	91.513.520.514,31	13,84%
Custos com Pessoal	51.871.216.337,86	44.261.417.477,21	17,19%
Fornecimentos e Serviços de Terceiros	52.304.889.946,87	47.252.103.037,10	10,69%
Cash-flow de exploração	87.640.864.856,93	74.871.626.903,18	17,05%
Amortizações	17.099.702.632,00	16.757.355.057,00	2,04%
Provisões líquidas	28.411.674.874,58	20.910.707.037,11	35,87%
Provisões constituídas	53.670.888.462,12	77.855.071.412,55	-31,06%
Reposições e anulações de provisões	25.259.213.587,54	56.944.364.375,44	-55,64%
Resultado antes de impostos	42.129.487.350,35	37.203.564.809,07	13,24%
Dotação para impostos	11.756.043.964,00	9.773.124.685,96	20,29%
Resultado líquido	30.373.443.386,35	27.430.440.123,11	10,73%

11.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



"Auto de Floripes" - Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”) foi constituído por Escritura Pública de 3 de Março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2013, de uma rede nacional de onze balcões, localizados na cidade de São Tomé (10) e na Ilha do Príncipe (1).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de Dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 21 de Novembro de 2012 e 28 de Novembro de 2013, foram autorizadas as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2012 e 2013, respetivamente:

- o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa efetiva;
- os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;

- as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39;
- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Foi ainda clarificado que as normas internacionais de contabilidade não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2013 encontram-se expressas em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de Dezembro, do Banco Central de São

Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24.500 Dobras de São Tomé e Príncipe (STD). Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

	2013	2012
1 USD	17.775,52 STD	18.584,54 STD

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “multi-currency”, sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para Dobras de São Tomé e Príncipe ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica “Resultados de reavaliação cambial”.

Nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de Novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, o Banco constituiu no exercício de 2008 uma provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro no período compreendido entre 1 Março e 31 de Dezembro de 2008, no valor de mSTD 361.831. O impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 originou o reforço da provisão para mSTD 1.904.626 (Nota 15). A utilização desta provisão apenas é permitida para aumento do capital social.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2013 e 2012 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade.

Neste sentido, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 7/07, de 6 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito vencido é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

Categoria	Normal	Sob Supervisão	Abaixo do Normal	Crédito Duvidoso	Perda
% de provisão	2%	10%	25%	50%	100%
Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento	até 30 dias	de 30 a 89 dias	de 90 dias a 180 dias	de 180 dias a 360 dias	mais de 360 dias

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco utilizou a percentagem de 5% e 2,5% para efeitos da constituição de provisões para a categoria “Normal” e para garantias prestadas, respetivamente.

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supra referidas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

d) Bens arrematados

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados na rubrica “Outros ativos – Aplicações por recuperação de crédito” (Nota 9), pelo valor de arrematação, acrescido de eventuais despesas incorridas com os processos judiciais. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco regista provisões para estes bens de acordo com a sua antiguidade em carteira.

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de Agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	2 - 10
Equipamento informático	3 - 4
Instalações interiores	8 - 20
Material de transporte	4

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados diretamente como uma dedução ao capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor. No entanto, conforme descrito na Nota 2.1, em 2013 e 2012 o Banco obteve autori-

zação do Banco Central para manter os títulos registados ao custo de aquisição.

Pelo facto de ser intenção do BISTP manter os títulos em carteira até à respetiva data de maturidade, o Banco não regista provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que os emitentes evidenciem problemas de cobrabilidade. Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os investimentos em valores mobiliários correspondem a Obrigações de Caixa emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., e encontram-se registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados no ativo na rubrica “Obrigações e outros títulos” (Nota 7).

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe. As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões caso sejam determinadas menos-valias.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de Dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da colecta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados.

Não são registados impostos diferidos.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de Maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou no exercício de 2008 uma provisão para pensões na rubrica “Provisões para riscos e encargos” do passivo, que em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 ascendia a mSTD 21.510.168 (Nota 15). Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderá a 20% do salário à data de reforma, sendo atualizado anualmente.

j) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados em resultados na rubrica “Custos com pessoal” (Nota 24).

k) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2013 e 2012 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Caixa		
Notas e moeda nacionais	17.102.494	24.110.788
Notas e moedas estrangeiras:		
- Em Euros	15.583.653	15.043.996
- Em Dólares dos Estados Unidos	11.688.951	23.567.464
- Em outras divisas	1.892.334	1.491.146
	46.267.432	64.213.394
Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)		
Em moeda nacional	391.381.187	330.270.052
Em moeda estrangeira:		
- Em Euros	47.508.658	18.945.682
- Em Dólares dos Estados Unidos	22.275.110	11.086.648
	461.164.955	360.302.382
	507.432.387	424.515.776

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as reservas mínimas de caixa são atualizadas através da aplicação de percentagens de 18% e 21%, respetivamente, sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e moeda estrangeira, referentes ao mês que anteceder em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Cheques a cobrar:		
No estrangeiro	11.141.277	5.645.803
No país	-	92.035
	11.141.277	5.737.838
Títulos a cobrar no país	25.645.589	1.750
Depósitos à ordem no estrangeiro:		
Caixa Geral de Depósitos (Nota 17):		
Sede (Lisboa)	64.030.863	99.088.455
Banca Electrónica	21.590.307	14.614.101
Sucursal de França	3.908.966	249.699
Banco Comercial Português	32.136.936	16.545.730
Banco Santander Totta	4.621.859	800.092
Banco Angolano de Investimentos – Angola (Nota 17)	3.792.417	2.731.129
Banco Caixa Geral Totta Angola	369.482	16.404.095
BNP Paribas	-	4.409.411
Outras instituições de crédito	230.716	812.686
	130.681.546	155.655.398
Outras disponibilidades	1.212	573
	167.469.624	161.395.559

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Títulos a cobrar no país” é composta por títulos da Direção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de Janeiro do respetivo ano subsequente.

5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

2013					
	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em mSTD	Juros a Receber	Montante Total
Em Dólares Americanos (USD):					
Banco Angolano de Investimentos - Angola (Nota 17)	2,100%	4.000.000	98.000.000	672.280	98.672.280
Banco Comercial Português	0,550%	4.000.000	71.102.080	10.863	71.112.943
			169.102.080	683.143	169.785.223
2012					
	Taxa de Juro	Montante em divisa	Montante em mSTD	Juros a Receber	Montante Total
Em Dólares Americanos (USD):					
Banco Angolano de Investimentos - Angola (Nota 17)	4,550%	3.000.000	55.753.620	-	55.753.620
Banco Comercial Português	2,100%	3.000.000	55.753.620	39.028	55.792.648
			111.507.240	39.028	111.546.268

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

2013			2012		
	Montante em STD	Juros a Receber	Montante em STD	Juros a Receber	Montante Total
Até três meses	71.102.080	10.028	55.753.620	39.028	55.792.648
Entre três e seis meses	-	-	55.753.620	-	55.753.620
Entre seis meses e um ano	98.000.000	672.280			
Total	169.102.080	683.143	111.507.240	166.420	111.546.268

6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Crédito vincendo:		
Moeda nacional:		
Descontos comerciais	9.451.423	6.503.044
Empréstimos	331.443.409	267.532.288
Crédito em conta corrente	9.625.582	19.559.094
Descobertos em depósitos à ordem	26.314.968	12.292.716
	376.835.382	305.887.142
Moeda estrangeira:		
Descontos comerciais	6.162.691	18.701.973
Empréstimos	346.557.196	423.555.529
Crédito em conta corrente	53.792.025	110.317.293
Descobertos em depósitos à ordem	21.224.964	10.893.954
	427.736.876	563.468.749
Total de crédito vincendo	804.572.258	869.355.891
Crédito e juros vencidos:		
Moeda nacional:		
Capital	8.445.098	6.748.681
Juros	2.082.069	2.197.759
	10.527.167	8.946.440
Moeda estrangeira:		
Capital	43.370.791	19.901.931
Juros	6.657.901	6.572.721
	50.028.692	26.474.652
Total de crédito e juros vencidos	60.555.859	35.421.092
Total de crédito concedido	865.128.117	904.776.983
Juros a receber de crédito concedido	4.958.644	6.131.492
Receitas diferidas	(1.402.866)	(1.001.766)
	868.683.895	909.906.709
Provisões para crédito concedido (Nota 15)	(176.373.116)	(157.314.231)
	692.310.779	752.592.478

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as provisões para crédito concedido incluem mSTD 59.179.559 e mSTD 53.285.000, respetivamente, relativamente a clientes classificados na categoria “Normal” (Nota 2.2 c)).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes previstas na Norma de Aplicação Permanente nº 7/2007, de 6 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, pode ser detalhada como segue:

2013

Classe	Vencido				Total de Crédito	Regulamentares	Provisões	Total
	Vivo	Capital	Juros	Total			Económicas	
Normal	723.521.744	-	-	-	723.521.744	40.193.709	18.985.850	59.179.559
Sob Supervisão	28.540.746	-	-	-	28.540.746	3.900.743	10.827.706	14.728.449
Abaixo do Normal	19.702.430	1.182.709	990.767	2.173.476	21.875.906	6.447.462	2.832.257	9.279.719
Crédito Duvidoso	10.164.136	784.298	910.236	1.694.534	11.858.670	9.479.394	1.224.341	10.703.735
Perda	22.643.202	7.368.383	6.838.967	14.207.350	36.850.552	36.850.552	-	36.850.552
Crédito em cobrança coerciva	-	42.480.499	-	42.480.499	42.480.499	42.480.499	-	42.480.499
	804.572.258	51.815.889	8.739.970	60.555.859	865.128.117	139.352.359	33.870.154	173.222.513
Garantias bancárias	-	-	-	-	126.024.087	3.150.603	-	3.150.603
	804.572.258	51.815.889	8.739.970	60.555.859	991.152.204	142.502.962	33.870.154	176.373.116

2012

Classe	Vencido				Total de Crédito	Regulamentares	Provisões	Total
	Vivo	Capital	Juros	Total			Económicas	
Normal	759.645.758	-	-	-	759.845.758	38.540.815	14.744.185	53.285.000
Sob Supervisão	44.128.518	-	-	-	44.128.518	2.846.885	4.113.838	6.960.723
Abaixo do Normal	13.342.858	843.054	469.471	1.312.525	14.655.383	2.769.731	6.506.960	9.276.691
Crédito Duvidoso	19.710.305	1.893.451	1.842.605	3.736.056	23.446.361	9.074.671	12.545.978	21.620.649
Perda	32.328.452	8.706.340	6.458.404	15.164.744	47.493.196	37.305.451	9.768.401	47.073.852
Crédito em cobrança coerciva	-	15.207.767	-	15.207.767	15.207.767	15.207.767	-	15.207.767
	869.355.891	26.650.612	8.770.480	35.421.092	904.776.983	105.745.320	47.679.362	153.424.682
Garantias bancárias	-	-	-	-	155.581.979	3.889.549	-	3.889.549
	869.355.891	26.650.612	8.770.480	35.421.092	1.060.358.962	109.634.869	47.679.362	157.314.231

Para fazer face a algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos vencidos ou reestruturados, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, foram

constituídas provisões adicionais para crédito concedido nos montantes de mSTD 33.870.154 e mSTD 47.679.362, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a composição da carteira de crédito a clientes, por sector de atividade, pode ser detalhada como segue:

	2013			2012		
	Crédito vivo	Crédito vencido	Total	Crédito vivo	Crédito vencido	Total
Empresas						
Comércio	227.355.475	10.711.947	238.067.422	156.497.603	7709064	164.206.667
Construção	51.344.587	1.378.738	52.723.325	85.300.128	1.114.989	86.415.117
Serviços	41.253.567	436.290	41.689.857	58.675.309	5.000.424	63.675.733
Indústria	18.538.449	-	18.538.449	44.899.414	-	44.899.414
Turismo	10.601.086	191.752	10.792.838	19.119.654	-	19.119.654
Agrícola	13.082.720	-	13.082.720	13.718.772	-	13.718.772
Crédito em cobrança coerciva	-	25.171.693	25.171.693	-	2.972.377	2.972.377
	362.175.884	37.890.420	400.066.304	378.210.880	16.796.854	395.007.734
Particulares						
Habituação	265.992.023	732.456	266.724.479	278.870.754	1.701.605	280.572.359
Consumo	95.536.401	3.210.292	98.746.693	125.679.651	3.946.476	129.626.127
Comércio	66.526.715	1.325.402	67.852.117	68.416.463	561.805	68.978.268
Automóvel	14.341.235	88.484	14.429.719	18.176.499	178963	18.355.462
Agrícola	-	-	-	1.644	-	1.644
Crédito em cobrança coerciva	-	17.308.805	17.308.805	-	12.235.389	12.235.389
	442.396.374	22.665.439	465.061.813	491.145.011	18.624.238	509.769.249
	804.572.258	60.555.859	865.128.117	869.355.891	35.421.092	904.776.983

7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

2013							
	Moeda	Custo de aquisição em divisa (Euro)	Taxa de juro	Data de Vencimento	Montante em mSTD	Juros a receber	Total
Certificação de depósito BAI (Nota17)	USD	3.000.000	Fixa	29-05-2014	53.326.560	1.130.521	54.457.081
CGD 2009/2019 Aniversário (Nota17)	EUR	1.000.000	Variável	11-05-2019	24.500.000	260.851	24.760.851
					77.826.560	1.391.372	79.217.932
2012							
	Moeda	Custo de aquisição em divisa (Euro)	Taxa de juro	Data de Vencimento	Montante em mSTD	Juros a receber	Total
Obrigações CGD-Cxa.Taxa Mix JUL-2013 (Nota17)	EUR	4.000.000	Variável	27-07-2013	98.000.000	1.048.056	99.048.056
CGD 2009/2019 Aniversário (Nota17)	EUR	1.000.000	Variável	11-05-2019	24.500.000	386.497	24.886.497
					122.500.000	1.434.553	123.934.553

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, com base em estimativas de valorização fornecidas pela Caixa Geral de Depósitos, o justo valor dos títulos de dívida em carteira emitidos por esta instituição era inferior ao valor de balanço em mSTD 4.155.200 e mSTD 6.793.726, respetivamente. Conforme descrito na Nota 2.2 f), estas menos-valias não foram registadas dada a intenção do Banco de manter estes títulos até à maturidade e o Conselho de Administração considerar que não existe risco de imparidade.

8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2012			Aquisições	Amortizações do exercício	Abates		Transfe-rências	Saldos em 31-12-2013		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido			Ativo bruto	Amortizações acumuladas		Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Imobilizações corpóreas											
Imóveis de serviço próprio	57.634.153	(14.137.890)	43.496.263	40.342.459	(4.256.841)	-	-	24.941.770	122.918.382	(18.394.731)	104.523.651
Mobiliário e material	19.333.729	(5.827.719)	13.506.010	5.856.166	(2.793.899)	-	-	1.048.692	26.238.587	(8.621.618)	17.616.969
Maquinas e ferramentas	16.984.619	(8.535.401)	8.449.218	2.767.347	(3.294.107)	-	-	2.481.506	22.233.472	(11.829.508)	10.403.964
Equip. Informático	13.121.345	(8.393.142)	4.728.203	345.173	(2.623.680)	-	-	350.125	13.816.643	(11.016.822)	2.799.821
Instalações interiores	6.447.133	(2.189.763)	4.257.370	994.693	(773.047)	13.125	(138)	370.606	7.799.307	(2.962.672)	4.836.635
Material de Transporte	7.317.215	(5.749.980)	1.567.235	5.108.974	(1.356.863)	557.519	(49.650)	-	11.868.670	(7.057.193)	4.811.477
Equipamentos de Segurança	2.392.003	(656.438)	1.735.565	398.355	(250.144)	-	-	-	2.790.358	(906.582)	1.883.776
Outros Equipamentos	611.366	(91.448)	519.918	-	(68.754)	-	-	-	611.366	(160.202)	451.164
Patrimônio artístico	783.659	-	783.659	202.125	-	-	-	-	985.784	-	985.784
	124.625.222	(45.581.781)	79.043.441	56.015.292	(15.417.335)	570.644	(49.788)	29.192.699	209.262.569	(60.949.328)	148.313.241
Imobilizações incorpóreas											
Software	14.359.471	(11.735.730)	2.623.741	284.200	(1.682.368)	-	-	-	14.643.671	(13.418.098)	1.225.573
Outros	55.156	(55.156)	-	-	-	-	-	-	55.156	(55.156)	-
	14.414.627	(11.790.886)	2.623.741	284.200	(1.682.368)	0	0	0	14.698.827	(13.473.254)	1.225.573
Imobilizações em curso											
Imobilização incorpóreas	-	-	-	1.565.991					1.565.991		1.565.991
Imóveis de serviço próprio	33.912.247	-	33.912.247	10.561.737	-	-	-	(24.941.770)	19.532.214	-	19.532.214
Mobiliário e material	2.248.543		2.248.543	248.582				(1.048.692)	1.448.433		1.448.433
Máquinas e ferramentas	4.607.838	-	4.607.838	1.400.741	-	-	-	(2.481.506)	3.527.073	-	3.527.073
Equipamento informático	350.125	-	350.125	-	-	-	-	(350.125)	-	-	-
Instalações interiores	370.606		370.606	159.740				(370.606)	159.740		159.740
Equipamento de segurança	312.470		312.470	-				-	312.470		312.470
	41.801.829	-	41.801.829	13.936.791	-	-	-	(29.192.699)	26.545.921	-	26.545.921
Imobilizações Financeiras											
SPAUT	2.940.000	-	2.940.000	-	-	-	-	-	2.940.000	-	2.940.000
	183.781.678	(57.372.667)	126.409.011	70.236.283	(17.099.703)	570.644	(49.788)	-	253.447.317	(74.422.582)	179.024.735

	Saldos em 31-12-2011					Abates			Saldos em 31-12-2012		
	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Aquisições	Amortizações do exercício	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Transfe- rências	Ativo bruto	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Imobilizações corpóreas											
Imóveis de serviço próprio	52.423.912	(10.479.085)	41.944.827	5.050.991	(3.658.805)	-	-	159.250	57.634.153	(14.137.890)	43.496.263
Mobiliário e material	18.270.217	(3.543.352)	14.726.865	714.389	(2.313.447)	139.595	(29.080)	488.718	19.333.729	(5.827.719)	13.506.010
Maquinas e ferramentas	15.104.001	(5.665.923)	9.438.078	1.880.618	(2.869.478)	-	-	-	16.984.619	(8.535.401)	8.449.218
Equip. Informático	11.738.791	(5.705.880)	6.032.911	1.335.846	(2.687.262)	-	-	46.708	13.121.345	(8.393.142)	4.728.203
Instalações interiores	4.783.707	(1.623.514)	3.160.193	1.663.426	(566.249)	-	-	-	6.447.133	(2.189.763)	4.257.370
Material de Transporte	6.655.715	(4.677.741)	1.977.974	661.500	(1.072.239)	-	-	-	7.317.215	(5.749.980)	1.567.235
Equipamentos de Segurança	1.831.753	(455.122)	1.376.631	479.395	(201.316)	-	-	80.855	2.392.003	(656.438)	1.735.565
Outros Equipamentos	468.331	(24.392)	443.939	143.035	(67.056)	-	-	-	611.366	(91.448)	519.918
Património artístico	735.884	-	735.884	47.775	-	-	-	-	783.659	-	783.659
	112.012.311	(32.175.009)	79.837.302	11.976.975	(13.435.852)	139.595	(29.080)	775.531	124.625.222	(45.581.781)	79.043.441
Imobilizações incorpóreas											
Software	13.290.722	(8.414.227)	4.876.495	1.068.749	(3.321.503)	-	-	-	14.359.471	(11.735.730)	2.623.741
Outros	55.156	(55.156)	-	-	-	-	-	-	55.156	(55.156)	-
	13.345.878	(8.469.383)	4.876.495	1.068.749	(3.321.503)	0	0	0	14.414.627	(11.790.886)	2.623.741
Imobilizações em curso											
Imóveis de serviço próprio	8.147.512	-	8.147.512	25.923.985	-	-	-	(159.250)	33.912.247	-	33.912.247
Mobiliário e material	488.718	-	488.718	2.248.543	-	-	-	(488.718)	2.248.543	-	2.248.543
Máquinas e ferramentas	1.174.277	-	1.174.277	3.433.561	-	-	-	-	4.607.838	-	4.607.838
Equipamento informático	46.708	-	46.708	350.125	-	-	-	(46.708)	350.125	-	350.125
Instalações interiores	-	-	-	370.606	-	-	-	-	370.606	-	370.606
Equipamento de segurança	393.325	-	393.325	-	-	-	-	(80.855)	312.470	-	312.470
	10.250.540	-	10.250.540	32.326.820	-	-	-	(775.531)	41.801.829	-	41.801.829
Imobilizações Financeiras											
SPAUT	2.940.000	-	2.940.000	-	-	-	-	-	2.940.000	-	2.940.000
	138.548.729	(40.644.392)	97.904.337	45.372.544	(16.757.355)	139.595	(29.080)	-	183.781.678	(57.372.667)	126.409.011

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as imobilizações em curso relativas a imóveis de serviço próprio correspondem, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição e realização de obras em futuras instalações do Banco na Cidade de São Tomé.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a mSTD 36.750.000.

9. OUTROS ACTIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Aplicações por recuperação de crédito	25.207.297	24.806.292
Adiantamentos – Cash advance	462.646	678.846
Fornecedores	238.536	110.508
Outros	2.486.601	574.908
	28.395.080	26.170.554
Provisão para outros ativos (Nota 15)	(10.411.214)	(4.359.117)
	17.983.866	21.811.437

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Aplicações por recuperação de crédito” refere-se a imóveis recebidos pelo BISTP por dação em cumprimento de créditos vencidos, os quais foram registados pelo valor do crédito e juros em mora na data de arrematação.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição por antiguidade em carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

Ano de aquisição	Saldo em 31-12-2011	Movimento em 2012				Saldo em 31-12-2012	Movimento em 2013				Saldo em 31-12-2013
		Aquisições	Despesas associadas	Alienações	Aquisições		Despesas associadas	Alienações	Reavaliação Cambial		
anterior a 2008	2.791.064	-	-	-	2.791.064	-	-	-	-	2.791.064	
2008	3.367.320	-	-	(1.367.532)	1.999.788	-	-	(1.999.788)	-	-	
2009	151.306	-	615	(151.921)	-	-	-	-	-	-	
2012	-	19.769.559	245.881	-	20.015.440	-	-	(901.837)	(67.823)	19.045.780	
2013	-	-	-	-	-	2.881.596	488.858	-	-	3.370.454	
Total	6.309.690	19.769.559	246.496	(1.519.453)	24.806.292	2.881.596	488.858	(2.901.625)	(67.823)	25.207.298	

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tem registadas provisões no montante de mSTD 7.889.554 e mSTD 4.290.904, respetivamente, para fazer face a menos-valias

na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas tendo em consideração o tempo decorrido desde a entrada dos imóveis no ativo do Banco.

10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Proveitos a receber		
Outras comissões	51.164	66.000
Despesas com custo diferido		
Seguros	579.086	665.050
Campanha de publicidade	420.421	184.035
Licenças de software	419.993	423.732
Rendas	109.515	148.543
Outras despesas	269.092	209.671
	1.798.107	1.631.031
Outras contas de regularização do ativo		
Outros	10.475	10.655
	1.859.746	1.707.686

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Despesas com custo diferido – Campanha de publicidade” refere-se a um patrocínio a um programa de televisão durante o ano de 2014 e 2013, respetivamente.

11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Depósitos à ordem de residentes		
Em moeda nacional		
Organismos autónomos e empresas privadas	273.967.911	188.105.814
Particulares	283.643.199	200.753.904
Organismos estatais e empresas públicas	29.920.737	21.570.800
	587.531.847	410.430.518
Em moeda estrangeira		
Organismos autónomos e empresas privadas	219.587.239	227.546.766
Particulares	240.688.590	205.546.549
Organismos estatais e empresas públicas	20.084.157	18.694.935
	480.359.986	451.788.250
Depósitos à ordem de não residentes		
Em moeda estrangeira	13.087.229	18.304.809
Total de depósitos à ordem	1.080.979.062	880.523.577
Depósitos a prazo de residentes		
Em moeda nacional		
Particulares	144.553.583	202.678.523
Organismos autónomos e empresas privadas	45.028.261	81.688.168
	189.581.844	284.366.691
Em moeda estrangeira	194.086.366	199.665.102
Depósitos a prazo de não residentes:		
Em moeda estrangeira	450.930	14.153.419
Em moeda nacional	2.035.501	3.496.166
	2.486.431	17.649.585
Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes	4.251.345	7.016.173
Total de depósitos a prazo	390.405.986	508.697.551
Total de depósitos de clientes	1.471.385.048	1.389.221.128

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2013		2012	
	Taxa de Juro	Montante em mSTD	Taxa de Juros	Montante em mSTD
Em Dobras de São Tomé e Príncipe	8,13%	195.115.339	11,55%	293.835.482
Em Dólares dos Estados Unidos	2,55%	136.126.961	4,04%	150.443.275
Em Euros	1,46%	59.023.398	2,27%	63.560.011
Em Libras Esterlinas	1,20%	140.288	1,16%	858.783
		390.405.986		508.697.551

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2013			2012		
	Capital	Juro	Total	Capital	Juro	Total
Até três meses	242.846.894	2.615.383	245.462.277	373.517.929	5.240.150	378.758.079
De três a seis meses	105.870.397	1.254.875	107.125.272	72.664.747	1.093.556	73.758.303
De seis meses a um ano	37.437.350	381.087	37.818.437	55.498.702	682.467	56.181.169
	386.154.641	4.251.345	390.405.986	501.681.378	7.016.173	508.697.551

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Moeda nacional	3.680.328	2.015.907
Moeda estrangeira	246.694	6.867.624
	3.927.022	8.883.531

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo das rubricas “Moeda nacional” e “Moeda estrangeira” correspondem a cheques visados e a descobertos contabilísticos em contas de depósitos à ordem no estrangeiro (Nota 17), respetivamente.

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Credores:		
Caução para operações de crédito	1.307.439	1.525.334
Caução por abertura de créditos documentários	1.555.750	1.543.500
Fornecedores	652.839	202.954
Cheques e ordens a pagar	-	123.489
Outros credores	207.811	217.269
Imposto do selo sobre operações bancárias	927.764	685.680
Retenção na fonte sobre rendimento de capitais	676.615	454.669
Imposto sobre o consumo	347.135	219.253
Outros impostos e tributos	51.795	489.597
Retenção na fonte sobre trabalho independente	26.447	21.951
Contribuições para a Segurança Social	-	223.827
Outros passivos	-	15.805
	5.753.595	5.723.328

14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Custos a pagar		
Férias e subsídio de férias	6.562.855	5.633.117
Prémio de produtividade	4.404.562	3.300.000
Prémio de antiguidade	905.983	801.703
Outros custos a pagar	4.076.880	4.237.074
	15.950.280	13.971.894
Receitas com proveito diferido		
Empréstimos e créditos em conta corrente	4.495.610	4.501.840
Garantias e avales prestados	526.840	262.321
	5.022.450	4.764.161
Outras contas de regularização		
Compensação sistema de pagamentos	1.501.772	5.565.595
Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19)	4.384.033	2.538.218
	26.858.535	26.839.868

O prémio de produtividade pago nos exercícios de 2013 e 2012, relativo a exercícios anteriores, totalizou mSTD 3.716.839 e mSTD 3.222.336, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo da rubrica “Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos que entrou em funcionamento em 2011.

15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	2013				
	Saldos em 31-12-2012	Dotação líquida	Utilizações	Diferença de Câmbio e outros	Saldos em 31-12-2013
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	157.314.231	21.575.039	(303.250)	(2.212.904)	176.373.116
Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2.i)	21.510.168	-	-	-	21.510.168
Outros ativos (Nota 9)	4.359.117	6.836.636	(774.787)	(9.752)	10.411.214
Outra provisão (depreciação do capital)	1.904.626	-	-	-	1.904.626
	27.773.911	6.836.636	(774.787)	(9.752)	33.826.008
	185.088.142	28.411.675	(1.078.037)	(2.222.656)	210.199.124
	2012				
	Saldos em 31-12-2011	Dotação líquida	Utilizações	Diferença de Câmbio e outros	Saldos em 31-12-2012
Provisões para crédito concedido (Nota 6)	144.000.900	20.361.659	(5.460.564)	(1.587.764)	157.314.231
Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2.i)	21.510.168	-	-	-	21.510.168
Outros ativos (Nota 9)	4.608.984	549.048	(799.207)	292	4.359.117
Outra provisão (depreciação do capital)	1.904.626	-	-	-	1.904.626
	28.023.778	549.048	(799.207)	292	27.773.911
	172.024.678	20.910.707	(6.259.771)	(1.587.472)	185.088.142

Conforme descrito na Nota 2.2 i), o Banco apresenta em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 uma provisão para a responsabilidade (ainda não formalizada) de conceder aos seus empregados complementos de pensões de reforma, correspondentes a 20% do salário em vigor à data de reforma. Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no ativo com referência a 31 de Dezembro de 2009, o Banco utilizou as seguintes hipóteses e bases técnicas:

De acordo com o cálculo efetuado pelo Banco com referência a 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades por serviços passados nessa data ascendiam a mSTD 21.510.168, não tendo este cálculo sido atualizado nos exercícios subsequentes.

Tábua de mortalidade	OMS
Taxa técnica	12%
Taxa de crescimento dos salários	10%
Taxa de crescimento de pensões	7%
Idade normal de reforma:	
Homens	62 anos
Mulheres	57 anos

16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foi o seguinte:

	Reservas						Resultado líquido do exercício	Total
	Capital	Legal	Reavaliação	Reavaliação cambial	Outras	Total		
Saldos em 31-12-2011	150.000.000	10.932.451	892.214	45.834.537	23.823.817	81.483.019	27.291.650	258.774.669
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2011								
Incorporação em reservas	-	2.729.165	-	-	8.187.495	10.916.660	(10.916.660)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.374.990)	(16.374.990)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.291.650	27.291.650
Saldos em 31-12-2012	150.000.000	13.661.616	892.214	45.834.537	32.011.312	92.399.679	27.430.440	269.830.119
Distribuição do resultado líquido do exercício de 2012								
Incorporação em reservas	-	2.743.044	-	-	8.229.132	10.972.176	(10.972.176)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(16.458.264)	(16.458.264)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.373.443	30.373.443
Saldos em 31-12-2013	150.000.000	16.404.660	892.214	45.834.537	40.240.444	103.371.855	30.373.443	283.745.298

Capital

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social do Banco está representado por 150.000.000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 e), as despesas administrativas incorridas pelo Banco no aumento de capital ocorrido em 2009, mas cuja liquidação ocorreu no exercício de 2011, foram registadas por contrapartida de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

		%
Estado de São Tomé e Príncipe	72.000.000	48,00%
Caixa Geral de Depósitos	40.500.000	27,00%
Banco Angolano de Investimentos - Angola	37.500.000	25,00%
	150.000.000	100,00%

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, no montante de mSTD 892.214,

resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de Janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de Dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a atualizar os ativos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afetava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de Março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de Novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. O montante da reavaliação da posição cambial em divisas no período compreendido entre 1 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2008 ascendeu a mSTD 14.461.183. No exercício de 2009, mSTD 137.454.000 foram incorporados no capital no âmbito do aumento de capital realizado pelo Banco.

17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas Grupo Caixa Geral de Depósitos e Banco Angolano de Investimentos são os seguintes:

	2013	2012
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	89.530.136	113.952.255
Banco Angolano de Investimentos - Angola	3.792.417	2.731.129
Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 5)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	98.672.280	-
Banco Angolano de Investimentos - Angola	-	55.753.620
Obrigações e outros títulos (Nota 7)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	24.760.852	123.934.553
Banco Angolano de Investimentos - Angola	54.457.083	-
Recursos de outras entidades (Nota 12)		
Grupo Caixa Geral de Depósitos	246.694	6.867.624

18. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

	2013	2012
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	126.024.087	155.581.979
Créditos documentários abertos	15.231.672	36.723.555
	141.255.759	192.305.534
Responsabilidades por prestação de serviços		
Cobrança de valores - sobre o estrangeiro	6.917.890	4.238.989
Depósito e guarda de valores	1.360.000	1.640.000
	8.277.890	5.878.989

19. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

	2013	2012
Resultado antes de imposto		
Ajustamentos	42.129.487	37.203.565
Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))	929.739	416.646
Prémio de desempenho a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))	1.104.562	77.664
Prémio de antiguidade a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))	104.280	163.925
Amortizações não dedutíveis (Art. 40º, nº 1, alínea e))	1.073.990	619.706
Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (art. 30º.nº 2)	501.258	413.095
Combustível viaturas (Art. 30º.2)	430.713	422.792
Despesas de representação (Art. 31º.3)	750.146	-
Matéria colectável	47.024.175	39.317.393
Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)	11.756.044	9.773.125
Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores	-	56.223
	11.756.044	9.829.348
Pagamentos por conta	(7.372.011)	(7.291.130)
Imposto a pagar (Nota 14)	4.384.033	2.538.218

Nos exercícios de 2013 e 2012, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de mSTD 453.388 e mSTD 153.256, respetivamente, foram refletidas na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2009 a 2013. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2013	2012
Juros e proveitos equiparados		
De crédito concedido	136.607.908	124.538.301
De obrigações e outros títulos	3.031.704	4.711.081
De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	2.328.453	1.945.418
Comissões associadas a operações de crédito	6.248.357	3.427.915
Outros	13.159	-
	148.229.581	134.622.715
Juros e custos equiparados		
De depósitos de clientes	28.225.436	34.143.572
Outros	54	115
	28.225.490	34.143.687

21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2013	2012
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de transferência	29.967.074	23.119.794
Comissões de garantias e avals	8.142.637	19.766.136
Comissão de intervenção	1.509.209	1.297.389
Comissão de risco	1.463.974	1.050.183
Comissões de cobrança – Efeitos	18.524	31.738
Outras comissões	20.196.425	10.766.121
	61.297.843	56.031.361
Encargos com serviços e comissões		
Manutenção de cartões	2.123.059	1.612.335
Serviços bancários prestados por conta de terceiros	469.400	284.508
Taxas de serviço	737.253	263.035
Outras comissões	448.809	603.039
	3.778.521	2.762.917

A rubrica “Rendimentos de serviços e comissões – Comissão de risco” diz respeito às comissões cobradas nas operações de adiantamento de cash-advance e na compra de cheques com cobertura de imediato.

22. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013		
	Prejuízos	Lucros	Liquido
Resultados sobre notas e moedas	(10.415.675)	10.984.538	568.863
Resultados em divisas	(691.921.427)	699.971.291	8.049.864
	(702.337.102)	710.955.829	8.618.727
	2012		
Resultados sobre notas e moedas	(13.610.591)	16.295.604	2.685.013
Resultados em divisas	(703.578.994)	709.673.660	6.094.666
	(717.189.585)	725.969.264	8.779.679

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Outros proveitos de exploração		
Prestação de serviços bancários diversos	5.267.815	3.592.505
Reembolso de despesas bancárias	2.590.795	2.712.971
Mais-valias na venda de imobilizado	84.439	39.612
Recuperação de créditos incobráveis	104.973	1.076.480
Outros	4.675.065	674.166
	12.723.087	8.095.734
Outros custos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.440.903)	(2.859.283)
Impostos e taxas	(1.657.845)	(1.109.000)
Outros	(2.133.520)	(269.455)
	(7.232.268)	(4.237.738)
	5.490.819	3.857.996

Em 31 de Dezembro de 2013, os saldos das rubricas “Outros proveitos/custos de exploração – Outros” incluem mSTD 3.866.469 e mSTD 1.767.452, respetivamente, os quais dizem respeito a movimentos pendentes nas reconciliações bancárias das contas de depósitos à ordem com correspondentes com antiguidade anterior ao exercício de 2008.

24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	6.829.258	6.829.132
Remuneração dos empregados	37.474.237	31.863.426
Prémio de produtividade	4.821.401	3.072.336
Encargos sociais obrigatórios	1.738.423	1.472.081
Encargos sociais facultativos	551.315	624.075
Prémios de antiguidade (Nota 2.2.))	256.831	197.704
Outros	199.752	202.663
	51.871.217	44.261.417

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Banco tinha ao seu serviço 147 e 129 empregados, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui mSTD 134.738 e mSTD 184.953 referentes à festa de confraternização dos empregados organizada durante os exercícios de 2013 e 2012, respetivamente.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Comunicações	6.445.500	6.683.195
Água, energia e combustível	6.016.333	5.264.205
Publicidade	5.014.076	2.933.516
Conservação e reparação	4.774.775	3.152.779
Viagens e representação	4.583.411	4.732.326
Rendas e alugueres	4.064.428	3.823.607
Impressos e material de consumo corrente	3.031.943	3.445.073
Serviços de informática	2.222.439	2.165.637
Segurança e vigilância	2.212.760	2.203.788
Estudos e consultas	1.460.489	1.120.386
Outros	12.478.733	11.727.591
	52.304.887	47.252.103

26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2013					
	Moeda Nacional	EUR	Moeda estrangeira		Total	Total
			USD	Outras		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	408.483.681	63.092.311	33.964.061	1.892.334	98.948.706	507.432.387
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	25.646.428	32.278.067	106.474.316	3.070.813	141.823.196	167.469.624
Outros créditos sobre instituição de crédito	-	98.672.280	71.112.943	-	169.785.223	169.785.223
Créditos sobre clientes	345.625.726	278.152.794	69.189.732	-	347.342.526	692.968.252
Obrigações e outros títulos	-	24.760.849	54.457.083	-	79.217.932	79.217.932
Imobilizações corpóreas	148.313.241	-	-	-	-	148.313.241
Imobilizações incorpóreas	1.225.573	-	-	-	-	1.225.573
Imobilizações em curso	26.545.921	-	-	-	-	26.545.921
Imobilizações Financeiras	-	2.940.000	-	-	2.940.000	2.940.000
Outros ativos	7.642.146	9.224.088	1.117.632	-	10.341.720	17.983.866
Contas de regularização	796.775	812.605	160.535	38.666	1.011.807	1.808.582
Total do ativo	964.279.491	509.932.994	336.476.302	5.001.813	851.411.110	1.815.690.601
Depósitos:						
À vista	587.531.847	249.663.244	241.022.068	2.761.903	493.447.215	1.080.979.062
A prazo ou com pré-aviso	195.115.651	59.023.450	136.126.600	140.285	195.290.335	390.405.986
Recursos de outras entidades	3.680.328	201.261	45.433	-	246.694	3.927.022
Outros passivos	2.068.756	3.380.982	303.857	-	3.684.839	5.753.595
Contas de regularização	21.231.775	5.616.909	593.696	-	6.210.605	27.442.380
Provisões para riscos e encargos:	-	-	-	-	-	-
Provisão para pensões de reforma	21.510.168	-	-	-	-	21.510.168
Outras provisões	1.904.626	-	-	-	-	1.904.626
Total do Passivo	833.043.151	317.885.846	378.091.654	2.902.188	698.879.688	1.531.922.839
Ativo / (Passivo) líquido	131.236.340	192.047.148	(41.615.352)	2.099.625	152.531.422	283.767.762

2012

	Moeda Nacional	EUR	Moeda estrangeira		Total	Total
			USD	Outras		
Caixa e disponibilidades no Banco Central	354.380.840	33.989.678	34.654.112	1.491.146	70.134.936	424.515.776
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	93.968	41.692.979	117.754.654	1.853.958	161.301.591	161.395.559
Outros créditos sobre instituição de crédito	-	-	111.546.268	-	111.546.268	111.546.268
Créditos sobre clientes	283.710.030	376.843.070	92.105.367	11	468.948.448	752.658.478
Obrigações e outros títulos	-	123.934.553	57.282.786	-	123.934.553	123.934.553
Imobilizações corpóreas	79.043.441	-	-	-	-	79.043.441
Imobilizações incorpóreas	2.623.741	-	-	-	-	2.623.741
Imobilizações em curso	41.801.829	-	-	-	-	41.801.829
Imobilizações Financeiras	-	2.940.000	-	-	2.940.000	2.940.000
Outros ativos	9.125.275	11.034.054	1.652.108	-	12.686.162	21.811.437
Contas de regularização	439.943	815.998	385.744	-	1.201.743	1.641.686
Total do ativo	771.219.067	591.250.332	358.098.253	3.345.115	952.693.701	1.723.912.768
Depósitos:						
À vista	410.430.518	239.421.384	228.484.994	2186.680	470.093.059	880.523.577
A prazo ou com pré-aviso	293.835.482	63.560.011	150.443.275	858.783	214.862.069	508.697.551
Recursos de outras entidades	2.015.907	6.867.624	-	-	6.867.624	8.883.531
Outros passivos	2.123.889	2.420.391	1.179.043	-	3.599.439	5.723.328
Contas de regularização	20.566.184	5.655.748	617.939	-	6.273.684	26.839.868
Provisões para riscos e encargos:	-	-	-	-	-	-
Provisão para pensões de reforma	21.510.168	-	-	-	-	21.510.168
Outras provisões	1.904.626	-	-	-	-	1.904.626
Total do Passivo	752.386.774	317.925.158	380.725.251	3.045.463	701.695.875	1.454.082.649
Ativo / (Passivo) líquido	18.832.293	273.325.174	(22.626.998)	299.652	250.997.826	269.830.119

12.

PARECER DO AUDITOR EXTERNO E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Escudos e espadas, armas de combate dos mouros, instrumentos com que se defendem das investidas cristãs, utilizadas muita das vezes para decapitar o inimigo.

“Auto de Floripes” – Teatro de rua na Região Autónoma do Príncipe





Deleite & Associados, S/A
Inscrição na OIBIC nº 43
Registro na CVM nº 731

Edifício Atium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 4.^o
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: + (351) 210 427 500
 Fax: + (351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Dobras de São Tomé e Príncipe – mSTD)

Introdução

1. Auditações as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por "Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, que evidencia um total de mSTD 1.815.084.292 e capitais próprios de mSTD 283.745.298, incluindo um resultado líquido de mSTD 30.373.443, as Demonstrações dos resultados e de origem e aplicação de fundos no exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (Notas I a 26).

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer estas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

Bases para a Opinião com Reservas

6. A partir do exercício de 2008, o Banco passou a registar uma provisão para encargos com pensões de reforma dos seus empregados, que em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 ascendia a mSTD 21.510.168 (Notas 2.2. i) e 15). Este valor corresponde a uma estimativa do Conselho de Administração do Banco do valor actual de benefícios a conceder, os quais não foram formalmente definidos ou atribuídos até à data de emissão deste relatório. A estimativa do valor actual de benefícios a conceder não foi actualizada desde 31 de Dezembro de 2009.

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 103–110

First Name: Last Name: Email: Phone:

OT



Página 2 de 2

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OJOD nº 42
Registro na CVM nº 251

Opinião

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 6 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. em 31 de Dezembro de 2013, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário (Nota 2).

Ênfase

8. Conforme divulgado na Nota 2.1 do Anexo, a partir de 2010 o Banco adotou o Plano de Contas para as Instituições Financeiras (PCIF) na preparação das demonstrações financeiras, tendo obtido do Banco Central de São Tomé e Príncipe autorização para não aplicar um conjunto de políticas contabilísticas definidas no PCIF.

Lisboa, 8 de Julho de 2014

Deloitte

Deloitte & Asociados, SROC S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas

1. INTRODUÇÃO

No desempenho das funções que lhe estão atribuídas pela Lei Bancária, em geral, e pelos Artigos 20º e 21º dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), examinámos o Relatório e Contas do Conselho de Administração, com vista à emissão de parecer sobre os documentos de prestação de contas anuais, designadamente o balanço, as demonstrações financeiras e os resultados obtidos relativos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

Como a fiscalização do Banco compete, para além das entidades de supervisão da actividade bancária, ao Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas – Deloitte & Associados, SROC S.A., examinámos o Relatório desta entidade que autentica a veracidade e conformidade das demonstrações financeiras do BISTP, as quais compreendem o Balanço e as demonstrações dos resultados das operações e origem e aplicação de fundos, em todos os aspectos materialmente relevantes, que, de acordo com as Normas do Banco Central de São Tomé e Príncipe e com os princípios contabilísticos aplicáveis, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco.

O Conselho Fiscal constatou que o Relatório de Auditoria da Deloitte aponta uma reserva quanto à provisão para encargos com pensões, que vem constando dos relatórios do auditor externo desde 2009, por os Accionistas ainda não terem deliberado sobre o assunto, referindo como ênfase a prorrogação da autorização que o BISTP obteve do Banco Central para não aplicar um conjunto de políticas contabilísticas definidas no PCIF, nomeadamente o diferimento linear das comissões associadas a operações de crédito, a valorização da carteira de títulos e o cálculo de provisões para riscos de crédito, em substituição do cálculo de imparidades nos termos das IAS 39, bastante mais gravosas em termos financeiros.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado pelo BISTP, acompanhou a evolução mensal da actividade e fiscalizou regularmente os actos de gestão do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, acedendo às actas das reuniões realizadas por estes órgãos e à documentação que suporta as decisões tomadas, tendo solicitado e obtido cabal resposta a todas as dúvidas suscitadas no decurso da análise efectuada.

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+ 239) 224 31 00
Fax (+ 239) 222 24 27
Email: geral@bistp.st
www.bistp.st

2. APRECIACÃO DO RELATORIO E CONTAS

O Relatório e Contas emitido pelo Conselho de Administração descreve de forma detalhada, clara e fundamentada a forma como decorreu a gestão do BISTP ao longo do exercício de 2013, sendo de realçar a evolução positiva da margem financeira e da margem complementar, tendo o produto bancário atingido o montante de 191.816 milhões STD (+15,3%) e os Resultados líquidos 30.373 milhões STD (+10,7%). Contudo, o Conselho Fiscal manifesta a sua preocupação com o elevado crescimento das operações de crédito em incumprimento e em contencioso, mas destaca o significativo crescimento das provisões de cobertura dos riscos de crédito (+12,1%).

A estrutura de custos revela um acentuado crescimento (13,8%), nomeadamente os custos com o pessoal devido ao crescimento orgânico e correspondente aumento do quadro de pessoal. O Banco manteve a sua política de solidariedade social, apoiando organizações e eventos no desenvolvimento de acções de carácter lúdico, pedagógico, cultural e cívico no combate à pobreza e exclusão social.

3. PARECER

Tudo devidamente ponderado e como corolário do antes exposto de forma sucinta, o Conselho Fiscal emite o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Demonstrações Financeiras do Conselho de Administração respeitantes ao exercício de 2013, bem como a proposta de aplicação de Resultados.

Finalmente, desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do BISTP o nosso agradecimento pela colaboração com que nos distinguiram ao longo do mandato que agora termina.

S.Tomé e Príncipe, 19 de Setembro de 2014

O Conselho Fiscal

(João Manuel Barata da Silva)

(Idalino Lopes dos Ramos Rita)

(Victor Manuel Faria Cardoso)

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+ 239) 224 31 00
Fax (+ 239) 222 24 27
Email: geral@bistp.st
www.bistp.st

